



TED 001/2018  
Universidade Federal de  
Santa Catarina/Secretaria de  
Coordenação e Governança  
do Patrimônio da União

# RELATÓRIO TÉCNICO

## PRODUTO 2.2

Realização de pelo menos 12 entrevistas com prefeituras que já realizaram o Projeto Orla e desenvolveram o PGI, levando-se em consideração a distribuição geográfica (S, SE e NE)

# RELATÓRIO TÉCNICO

Florianópolis  
2020



**GAIGERCO**  
GRUPO DE AÇÕES INTEGRADAS EM GERENCIAMENTO COSTEIRO



Este relatório foi desenvolvido pelo Laboratório de Gestão Costeira Integrada (LAGECI/UFSC), pelo Grupo de Ações Integradas em Gerenciamento Costeiro (GAIGERCO/FURG) e pelo Laboratório de Ecologia e Gerenciamento de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos (LEGECE/UFPE), atendendo ao Termo de Execução Descentralizada SPU 01/2018

(D.O.U de 24/09/2018 | Edição: 184 | Seção: 3 | Página: 114)

## SUMÁRIO

Apresentação .....	6
Metodologia .....	7
Resultados .....	11
3.1. Tópico Metodológico .....	11
3.1.1. Manuais .....	11
Indicador “Diretrizes” .....	11
Indicador “Conteúdo teórico” .....	13
3.2. Tópico Processual .....	15
3.2.1. Elaboração do PGI .....	15
Indicador “Prazos para elaboração do PGI” .....	15
Indicador “Diagnóstico” .....	16
3.2.2. Avaliação do PGI .....	19
Indicador “Avaliação da instância estadual” .....	19
Indicador “Audiência Pública” .....	21
3.2.3. Implementação, monitoramento e revisão .....	23
Indicador “Implementação do PGI” .....	23
Indicador “Monitoramento” .....	24
Indicador “Revisão do PGI” .....	26
3.3. Tópico Institucional e Governança .....	28
3.3.1. Recursos materiais, humanos e financeiros .....	28
Indicador “Equipe Técnica” .....	28
Indicador “Recursos Financeiros” .....	30
Indicador “Instrutor” .....	33

3.3.2. Aspectos institucionais e políticos .....	35
Indicador “Articulação Interna” .....	35
Indicador “Motivações” .....	37
Indicador “Articulação com outras esferas do poder público” ...	38
3.3.3. Governança .....	40
Indicador “Governança e participação social” .....	40
Indicador “Comitê Gestor” .....	43
3.4. Tópico Legislação .....	45
3.4.1. Normatização e instrumentalização .....	45
Indicador “Normatização do PGI” .....	45
Considerações finais .....	49
Referências .....	51
ANEXO I .....	52
ANEXO II .....	55
ANEXO III .....	63
ANEXO IV .....	84

## Apresentação

O presente relatório refere-se ao produto 2.2 - “Realização de pelo menos 12 entrevistas com prefeituras que já realizaram o Projeto Orla e desenvolveram o PGI, levando-se em consideração a distribuição geográfica (S, SE e NE)”. Este produto foi elaborado no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED nº 001/2018), firmado entre o Ministério da Economia, ao qual está vinculada a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU, e a autarquia federal Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Intitulado “Subsídios para avaliação da transferência da gestão das praias marítimas urbanas aos Municípios - ATAGP”, o projeto de cooperação entre os entes federais prevê o desenvolvimento de produtos para qualificar e avaliar o processo de transferência da gestão das praias marítimas urbanas aos Municípios costeiros que aderiram ao Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas (TAGP), conforme previsto no Art. nº 14 da Lei Federal nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, regularizado pelas Portarias SPU nº 113, de 12 de julho de 2017, e nº 44, de 31 de maio de 2019, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

No âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), mais especificamente do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), encontrava-se em execução o IV PAF-ZC 2017-2019. Além de priorizar ações que desenvolvam a capacitação de pessoal e das instituições quanto à implementação e avaliação dos instrumentos de gerenciamento costeiro já existentes, este Plano propunha a realização de três ações relacionadas ao processo de transferência de gestão das praias marítimas urbanas aos municípios, as quais estão vinculados os produtos desenvolvidos no contexto do TED nº 001/2018.

O projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A equipe executora do projeto é integrante de laboratórios/grupos de pesquisa destas Universidades: Laboratório de Gestão Costeira Integrada (LAGECI/UFSC), Grupo de Ações Integradas em Gerenciamento Costeiro (GAIGERCO/FURG) e Laboratório de Ecologia e Gerenciamento de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos (LEGECE/UFPE).

Neste contexto, este produto apresenta os resultados de entrevistas realizadas com gestores municipais que participaram da elaboração de Planos de Gestão Integrado (PGI) em seus municípios entre 2001 e 2020. As entrevistas foram direcionadas para a identificação de lacunas nos processos metodológicos e arranjos institucionais do Projeto Orla, sob a ótica destes atores. As informações obtidas com as entrevistas foram sistematizadas e analisadas de forma quantitativa e qualitativa, seguindo métodos descritos em BIERNARCKI & WALDORF (1981); UNESCO (2006) e NICOLODI et al., (2018). Estes resultados irão contribuir como subsídios à revisão conceitual e metodológica do Projeto Orla, não se configurando, necessariamente, como opinião da equipe envolvida na confecção deste relatório.

## Metodologia

Conforme estabelecido no âmbito do Plano de Trabalho desenvolvido entre SPU e equipe das Universidades, foram entrevistados 12 (doze) gestores municipais escolhidos a partir da distribuição geográfica dos municípios em três diferentes regiões do Brasil: Nordeste, Sudeste e Sul. Os gestores municipais entrevistados foram elencados a partir do método “bola de neve” (GOODMAN, 1961), no qual os sujeitos a serem entrevistados são indicados por outros participantes da pesquisa. Neste caso, os sujeitos a serem entrevistados foram indicados por técnicos e gestores das esferas federal, estadual e municipal, a partir de contato estabelecido pelo Núcleo de Gestão de Praias da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (NUGEP/SPU). A Tabela 1 apresenta dados dos municípios entrevistados e as respectivas secretarias nas quais os gestores atuaram durante o processo.

Tabela 1. Lista de gestores municipais entrevistados indicando os respectivos cargos exercidos e órgão municipal de lotação.

REGIÃO	MUNICÍPIO	CARGO EXERCIDO	ÓRGÃO MUNICIPAL	ANO PGI
<b>Sul</b>	Itajaí/SC	Servidor técnico	Secretaria de Meio Ambiente	2011
	Porto Belo/SC	Servidor técnico	Secretaria de Meio Ambiente	2014
	Florianópolis/SC	Servidor técnico	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis	2016
	Bal. Camboriú/SC	Secretária	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	2019
<b>Sudeste</b>	Niterói/RJ	Servidor técnico	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade	2001
	Campos dos Goytacazes/RJ	Servidor técnico	Secretaria de Meio Ambiente	2010
	Guarujá/SP	Servidor técnico	Secretaria de Meio Ambiente	2016
	Vitória/ES	Secretário	Secretaria de Gestão e Planejamento	2020
<b>Nordeste</b>	Fortaleza/CE	Servidor técnico	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente	2006
	Cabedelo/PB	Secretário	Secretaria de Meio Ambiente	2007

Continua...

...continuação.

Lucena/PB	Servidor técnico	Secretaria de Meio Ambiente	2008
Olinda/PE	Servidor técnico	Secretaria de Planejamento Urbano	2015

A metodologia de construção dos indicadores que subsidiaram esta avaliação segue o proposto em Nicolodi *et al.* (2018), os quais elaboraram e aplicaram um arcabouço metodológico para avaliação do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC) no Brasil, tendo como um dos conjuntos de dados de entrada um pacote de entrevistas à gestores públicos das esferas estaduais e federal.

Após a adaptação do referido método para os fins deste produto, teve-se a primeira etapa da construção dos indicadores, a qual foi realizada ao longo de uma série de reuniões entre a equipe das Universidades e a equipe do NUGEP/SPU. Nestas reuniões, foram realizadas “chuvas de ideias” (*brainstorm*) visando à identificação prévia de que aspectos abordados nas entrevistas (ANEXO I). Após essa etapa, o conjunto de perguntas foi compilado e as mesmas foram agrupadas por similaridade. Dessa forma, foi possível identificar os principais tópicos gerais considerados mais relevantes aos objetivos desta avaliação.

Os tópicos foram subdivididos em categorias específicas para cada aspecto elencado na “chuva de ideias”. Posteriormente, foram elaborados indicadores para avaliar cada categoria de forma que pudessem, ainda, serem analisados independentemente. Os indicadores foram estruturados com o intuito de serem objetivos, ou seja, para minimizarem análises de caráter mais subjetivo por parte de cada entrevistado. No entanto, em alguns casos, esta subjetividade foi inerente a algumas categorias, como é o caso de variáveis categóricas como “Alto” e “Baixo”. Por fim, foram definidos 18 indicadores, agrupados em oito categorias e estas agrupadas em quatro tópicos (Tabela 2). O questionário final foi composto por 65 questões objetivas (múltipla escolha) e dissertativas (ANEXO II).

Tabela 2. Tópicos, categorias e indicadores definidos para avaliação do Projeto Orla por parte dos gestores municipais.

TÓPICOS	CATEGORIAS	INDICADORES	QUESTÕES
<b>Metodológico</b>	Manuais	Diretrizes	1 a 3
		Conteúdo teórico	4 a 6
<b>Processual</b>	Elaboração do PGI	Prazos para elaboração	7 a 11
		Diagnóstico	12 e 13

Continua...

...continuação.

	Avaliação do PGI	Avaliação instância estadual	14 a 17
		Audiência Pública	18 a 20
	Implementação, monitoramento e revisão	Implementação do PGI	21 a 24
		Monitoramento	25 a 27
		Revisão	28 a 32
<b>Institucional e governança</b>	Recursos materiais, humanos e financeiros	Equipe técnica	33 e 34
		Recursos financeiros	35 a 38
		Instrutor	30 a 42
	Aspectos institucionais e políticos	Articulação interna	43 a 45
		Motivações	46 a 48
		Articulação com outras esferas do poder público	49 a 53
Governança	Governança e participação social	54 a 58	
	Comitê Gestor	59 a 61	
<b>Legislação</b>	Normatização e instrumentalização	Normatização do PGI	62 a 65

Os indicadores estabelecidos como critérios para avaliação e suas categorias foram relacionados às fases do Projeto Orla, desde a adesão até sua implementação (Figura 1). Três categorias se evidenciaram como referentes ao processo como um todo, sendo elas “Governança”, “Recursos materiais, humanos e financeiros” e “Manuais”.



Figura 1. Organização esquemática dos indicadores referentes à cada etapa do Projeto Orla.

Os resultados dos questionários foram compilados e analisados a partir dos respectivos indicadores (ANEXO III). Para cada indicador foram descritas as "Potencialidades" e "Fragilidades", dos aspectos analisados, com base nas opiniões dos gestores entrevistados. Estes aspectos foram selecionados e elencados de acordo a metodologia de construção de matriz SWOT adaptada de (HELMS & NIXON, 2010; GÜREL & TAT, 2017). Por fim, foram apontados encaminhamentos a serem propostos na revisão conceitual e metodológica do Projeto Orla, que foram analisados como as "Oportunidades" advindas da aplicação do método SWOT.

## Resultados

A seguir serão demonstrados os resultados obtidos através das entrevistas com gestores municipais, para cada tópico, categoria e indicador. Cabe destacarem serem estes resultados oriundos exclusivamente da opinião destes entrevistados.

### 3.1. Tópico Metodológico

#### 3.1.1. Manuais

#### **Indicador “Diretrizes”**

##### *Descrição do resultado*

Todos os entrevistados responderam que as diretrizes apresentadas pelos manuais do Projeto Orla são de fácil compreensão, tanto para os procedimentos que devem ser adotados antes (Figura 2), quanto àqueles adotados durante as oficinas (Figura 3). Porém, com relação à exequibilidade de atendimento destas diretrizes durante o processo, dois entrevistados responderam “Baixa”, quatro “Média”, e quatro “Alta” (Figura 4).

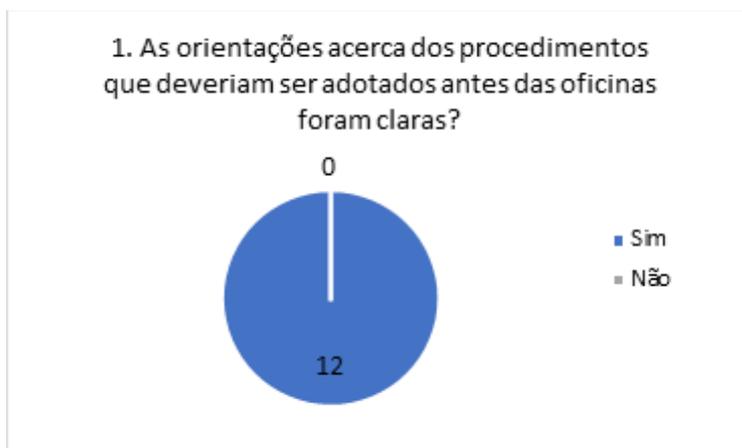


Figura 2.

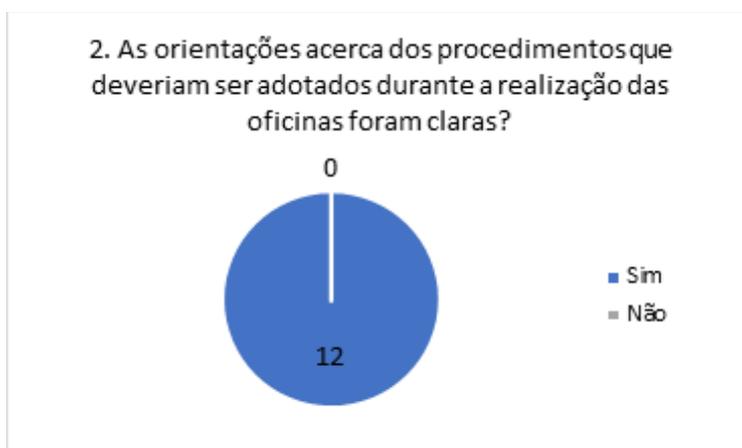


Figura 3.

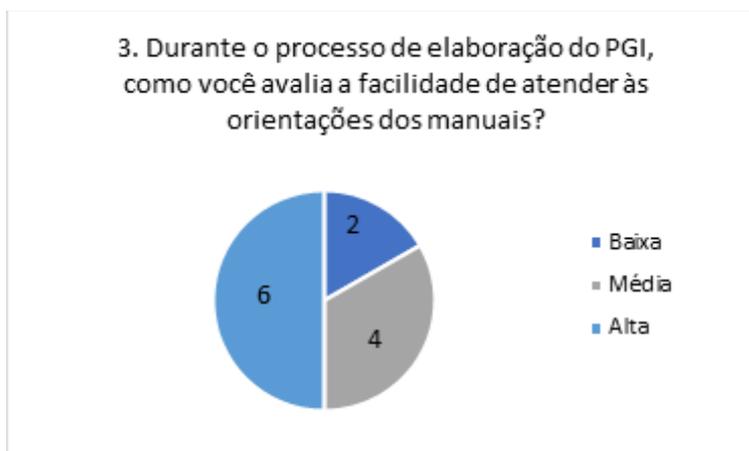


Figura 4.

### Análise do resultado

As respostas obtidas ressaltam que as diretrizes apresentadas pela metodologia do Projeto Orla são claramente descritas nos manuais. No entanto, algumas dessas diretrizes foram confrontadas com a experiência prática, tendo sido necessárias algumas adaptações. Um exemplo é a orientação relativa aos dias destinados às oficinas. Para dois dos entrevistados, foi preciso estender os dias das oficinas, pois o prazo proposto foi insuficiente para a realização de todas as atividades descritas no manual. Além disso, foi apontado que o preenchimento dos quadros durante as oficinas é complexo, sendo necessário mais tempo para realização desta etapa. Foi sugerido por um dos entrevistados que sejam propostas formas mais sucintas de preenchimento destes quadros ou simplificação dos mesmos, tornando a metodologia mais plausível no contexto da participação social.

Uma questão importante apontada por apenas um entrevistado remete à área de atuação do Projeto Orla em sua porção marinha, cujo limite externo é a isóbata de 10 metros de profundidade. Foi destacado que a metodologia para o planejamento do espaço marinho não é apresentada nos manuais, sendo que a falta de uma metodologia específica para essa porção do território pode inviabilizar a proposição de ações específicas para esta área.

#### POTENCIALIDADES

- Diretrizes a serem seguidas antes e durante as oficinas claramente explicitadas nos manuais
- Possibilidade de adaptação da duração da oficina

#### FRAGILIDADES

- Preenchimento dos quadros-síntese complexo e demorado
- Falta de metodologia para planejar a porção marinha
- Baixa exequibilidade de atendimento das diretrizes

## Encaminhamentos

1. Promover maior flexibilidade na definição da agenda de trabalho das oficinas, junto aos participantes;
2. Readequar preenchimento dos quadros-síntese durante as oficinas;
3. Dar ênfase na metodologia ao planejamento de ações para a porção marinha da orla.

### **Indicador “Conteúdo teórico”**

#### *Descrição do resultado*

Em relação ao conteúdo teórico dos manuais do Projeto Orla, todos os entrevistados responderam que os fundamentos e as razões para implementar o Projeto Orla nos municípios estão claras nos materiais (Figura 5). Foram apontados alguns assuntos que poderiam ser tratados com maior profundidade, como a integração dos PGIs com Planos de Manejo de Unidades de Conservação e questões relativas a litígios jurídicos.

Foi também sugerido que houvesse uma atualização na seção sobre legislação relacionada à gestão da orla marítima, bem como dos instrumentos de destinação do patrimônio da União. Ainda, sugeriu-se incluir orientações de como os municípios devem se posicionar frente aos litígios jurídicos.

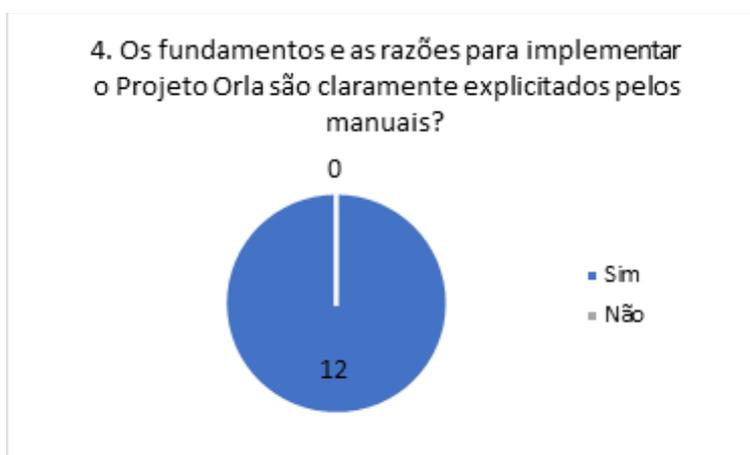


Figura 5.

Na opinião de 4 (quatro) entrevistados, os manuais deveriam ter uma versão simplificada, como um sumário executivo, para que os servidores municipais e os demais participantes das oficinas pudessem se informar sobre a metodologia de forma expedita e eficiente, sem a necessidade de leitura de todo o material dos cinco manuais. Segundo um dos entrevistados, esse material poderia ser distribuído durante seminários de sensibilização dos atores locais, momento que antecede as oficinas.

Foram sinalizados também assuntos não abordados nos manuais. O primeiro, já elencado anteriormente, refere-se à metodologia de planejamento de ações e

diretrizes para a porção marítima da orla. Além disso, relatou-se a necessidade de estabelecimento de uma metodologia para a revisão dos PGIs elaborados.

### *Análise do resultado*

Os resultados demonstram que os conteúdos abordados nos manuais são de alta relevância para os entrevistados. Entretanto, são necessários alguns ajustes. A linguagem utilizada e a estrutura em diferentes volumes dificultam a utilização dos manuais no cotidiano dos servidores municipais. Os mesmos foram considerados de difícil leitura para o amplo público que participa das oficinas e do processo de elaboração do PGI.

Nas entrevistas foi levantada uma questão relevante referente à metodologia de revisão do PGI. Existem etapas que poderiam ser otimizadas, como o diagnóstico, no qual pode ser atualizado a partir do levantamento realizado na elaboração da primeira versão do PGI. Em contrapartida, outras etapas precisam ser melhor detalhadas. Faz-se necessária uma forma de avaliar o processo de implementação do PGI, a fim de se obter as lições aprendidas no ciclo anterior e potencializar acertos durante esse processo, permitindo o monitoramento das ações, bem como uma avaliação do sucesso do plano.

<b>POTENCIALIDADES</b>	<b>FRAGILIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Base conceitual bem fundamentada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Linguagem pouco acessível</li> <li>- Organização confusa</li> <li>- Falta de metodologia para revisão dos PGIs</li> <li>- Falta de metodologia para a porção marinha</li> </ul>

### *Encaminhamentos*

1. Analisar a possibilidade de criação de “versão executiva” dos manuais;
2. Repensar a organização dos manuais em volumes distintos;
3. Propor metodologia de revisão dos PGIs;
4. Dar ênfase na metodologia ao planejamento de ações para a porção marinha da orla (não confundir com Planejamento Espacial Marinho, PEM).

## 3.2. Tópico Processual

### 3.2.1. Elaboração do PGI

#### **Indicador “Prazos para elaboração do PGI”**

##### *Descrição do resultado*

Este indicador buscou medir os prazos decorridos entre diferentes momentos durante a elaboração e aprovação dos PGIs: (i) adesão e 1ª oficina; (ii) duração da 1ª oficina; (iii) entre 1ª e 2ª oficina; (iv) duração da 2ª oficina; e (v) entre a 2ª oficina e submissão à Coordenação Estadual. Cabe ressaltar que, durante as entrevistas, alguns gestores não se recordaram dos prazos decorridos em cada uma dessas etapas. Portanto, os resultados aqui apresentados não contemplam o universo de análise deste relatório em sua totalidade.

Quando questionados sobre os prazos entre a adesão do município ao Projeto Orla e a realização da 1ª oficina de capacitação, os resultados variaram de 2 meses a mais de 10 anos. Em geral, os municípios realizaram a 1ª oficina em até 1 ano após a adesão. Com relação à dinâmica da oficina 1 os resultados variaram de 5 à 12 dias, sendo que apenas quatro entrevistados responderam. O formato das oficinas também variou, sendo que, no município com cinco dias de oficina em período integral, a etapa concluiu-se em uma semana. Já no caso em que a oficina durou 12 dias, optou-se por distribuir a carga horária durante três semanas no período noturno, totalizando uma carga horária de aproximadamente 48 horas de oficina. Essa estratégia foi adotada visando aumentar a participação de atores que possuíam compromissos profissionais durante o dia.

Quanto ao intervalo entre a 1ª e a 2ª oficina, apenas dois entrevistados souberam responder, sendo que o período variou entre um e seis meses. Sobre a dinâmica da 2ª oficina, três entrevistados informaram a quantidade de dias necessários para realização da mesma. A duração variou entre 3 e 14 dias, sendo que, no último, optou-se por adotar uma estratégia semelhante à descrita acima. Neste caso, a oficina foi dividida em 14 dias, durante o período noturno, novamente para atender às reivindicações de participantes que eram impossibilitados de participar devido à sua atividade profissional.

Por fim, três entrevistados responderam sobre o intervalo de tempo entre a realização da 2ª oficina e a posterior submissão à Coordenação Estadual do PGI elaborado. Em dois casos, o intervalo não passou de 5 meses, enquanto em outro caso esse processo levou três anos. Neste último caso, os motivos estavam relacionados a assuntos políticos e após a troca de gestão foi possível fazer a submissão à instância estadual.

##### *Análise do resultado*

O baixo número de respostas quanto aos prazos questionados dificulta a interpretação deste indicador. No entanto, foi possível identificar que o processo

de elaboração do PGI desde a adesão do município até a realização das oficinas e posterior submissão à Coordenação Estadual pode ser moroso. Neste sentido, é necessário que seja pensado um mecanismo que garanta a continuidade do processo durante um período determinado de tempo.

Além disso, a duração das oficinas é variável e depende de acordos estabelecidos entre os participantes logo no início da 1ª oficina. Neste caso, os acordos possibilitam uma maior participação social frente ao que é inicialmente proposto na metodologia – 5 dias para a 1ª oficina e 3 dias para a 2ª oficina. Essa foi uma fragilidade na metodologia identificada, pois a padronização na duração destas oficinas não contemplam a realidade dos diferentes públicos participantes deste processo.

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Municípios adaptam oficinas conforme a realidade local</li> <li>- Flexibilidade para estruturar oficinas setoriais e posterior plenária com todos os participantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descontinuidade na gestão municipal</li> <li>- Padronização na duração das oficinas</li> <li>- Longo período decorrido entre o início e finalização do processo de elaboração do PGI em alguns municípios</li> </ul>

### *Encaminhamentos*

1. Rever prazos máximos entre as diferentes etapas do processo de elaboração do PGI (desde adesão até versão preliminar do documento);
2. Propor carga horária total que deva ser cumprida nas oficinas sem estipular número de dias.

### **Indicador “Diagnóstico”**

#### *Descrição do resultado*

Procurou-se identificar a existência (ou ausência) de uma base de informações que compunham o diagnóstico para o planejamento no âmbito do Projeto Orla, na fase de instrumentalização no município. Também buscou-se compreender o nível de dificuldade encontrado na compilação destas informações e no levantamento dos documentos nesta fase.

Dentre os entrevistados, 8 (oito) disseram que o município possuía uma base de dados consolidada para dar apoio ao diagnóstico (Figura 6). Normalmente, a fonte de dados consultada foi estruturada através de diagnósticos realizados em diferentes âmbitos como, por exemplo, planos existentes, processos de licenciamento ambiental, planos de manejo de unidades de conservação, e diagnósticos de PGIs elaborados anteriormente. Em um dos casos, as informações constavam na caracterização socioambiental do município. Dentre os municípios

que relataram a falta dessa base de informações, o principal motivo atribuído foi a carência de estrutura e corpo técnico da Prefeitura Municipal para se dedicar à essas atividades.

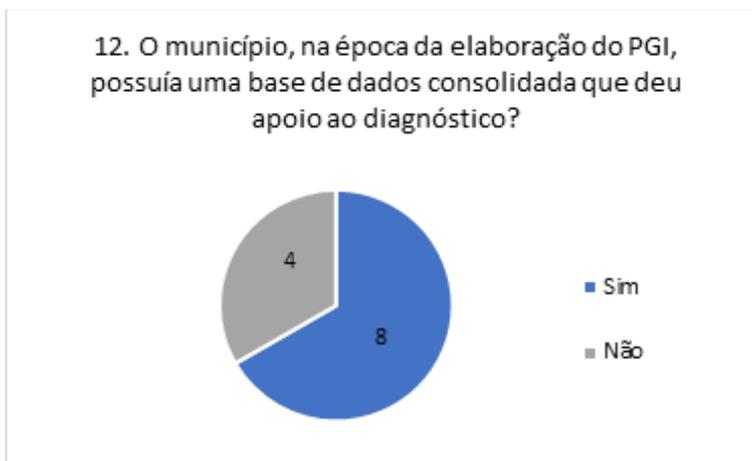


Figura 6.

No que tange ao nível de dificuldade encontrado para compilação dos dados necessários para o diagnóstico, 4 (quatro) entrevistados relataram “Baixa dificuldade”, 4 (quatro) consideraram “Média dificuldade”, e 3 (três) “Alta dificuldade” (Figura 7). Para os que apontaram “Baixa dificuldade”, a existência prévia de informações acessíveis na Prefeitura Municipal foi o principal fator para tal resposta. Já para os que tiveram dificuldade intermediária, os entrevistados apontaram que o município nunca havia realizado levantamentos de dados como o mapeamento patrimonial na área de intervenção do Projeto Orla. Nesse caso, tal levantamento foi solicitado à Superintendência do Patrimônio da União no Estado (SPU/UF), que prontamente atendeu ao pedido. Os entrevistados que responderam ter encontrado “Alta dificuldade” no diagnóstico relataram ainda que as informações estavam pulverizadas nos repositórios das Secretarias Municipais e que não eram facilmente integrados dentro da Prefeitura.

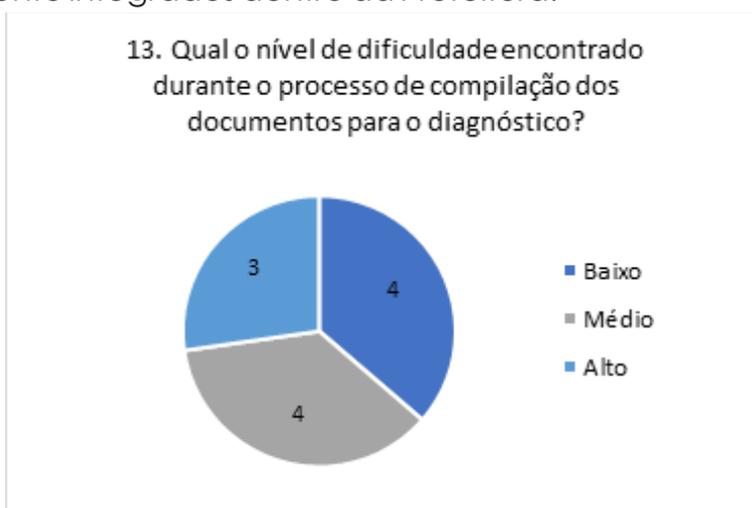


Figura 7.

### Análise do resultado

O resultado desse indicador aponta para um cenário em que os municípios que possuem maior estrutura administrativa são capacitados tecnicamente para

organizar e manter uma base de dados concisa, que pode dar suporte à fase de diagnóstico no Projeto Orla. No entanto, dado ao seu caráter multisetorial, o diagnóstico proposto requer a compilação de informações de diferentes campos de conhecimento relacionados à orla marítima (ambiental, patrimonial e socioeconômico). Essas informações encontram-se, muitas vezes, setorizadas nas Secretarias Municipais e/ou em órgãos governamentais em diferentes esferas.

Neste contexto, a capacidade de articulação dos servidores municipais foi fundamental no processo de compilação desse material. Por esse motivo, é desejável que os municípios mantenham essas bases de dados sistematizadas e integradas, bem como faça uso de estudos previamente realizados na fase de diagnóstico. Assim, tende-se a reduzir a dificuldade encontrada durante esta etapa e a dependência de iniciativas individuais de servidores da Prefeitura Municipal.

É necessário considerar as diferentes realidades na estrutura administrativa dos municípios costeiros no Brasil. Nos casos de municípios menores, a estrutura existente nas Prefeituras muitas vezes não é suficiente para a elaboração de estudos de caracterização da orla. Contribui a este cenário a existência de um corpo técnico reduzido para atender às demandas com mais profundidade. Neste aspecto, é desejável uma maior integração entre os níveis de gestão federal, estadual e municipal, buscando o auxílio e a capilaridade de órgãos ligados ao Sistema Nacional do Meio Ambiente, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, bem como entre os órgãos que tratam das questões patrimoniais como SPU e SPU/UF, a partir da disponibilização de informações necessárias para esta fase do processo de elaboração do PGI.

#### POTENCIALIDADES

- Base de dados existente ou não estruturada na maioria dos municípios
- Possibilidade de integrar estudos realizados anteriormente

#### FRAGILIDADES

- Informações pulverizadas nas diferentes Secretarias Municipais e/ou demais órgãos governamentais
- Municípios sem estrutura administrativa suficiente - falta de Recursos Humanos

#### Encaminhamentos

1. Identificar as informações mínimas necessárias para a realização do diagnóstico;
2. Propor a sistematização e integração de bases de dados setoriais para o diagnóstico;
3. Destacar o papel de outros órgãos, como MMA, SPU/UF, MTur e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, Planejamento e Turismo para fornecimento de informações necessárias ao diagnóstico.

### 3.2.2. Avaliação do PGI

#### Indicador “Avaliação da instância estadual”

##### Descrição do resultado

Esse indicador caracteriza o processo de submissão da versão preliminar do PGI à instância estadual que avalia o documento e os prazos decorridos entre a submissão e a aprovação. Neste sentido, foi possível identificar diferenças significativas entre os oito Estados costeiros analisados. Dentre os municípios entrevistados, apenas um havia finalizado o processo de elaboração do documento recentemente, não tendo submetido ainda à aprovação da Coordenação Estadual do Projeto Orla.

Em quatro estados, os membros da Comissão Técnica Estadual (CTE), colegiado que dá apoio à Coordenação Estadual do Projeto Orla, acompanharam todas as etapas do processo de elaboração do PGI, orientando para que as adequações necessárias fossem feitas antes da submissão do documento preliminar para avaliação. Nestes casos, o parecer da CTE foi emitido entre dois a quatro meses após o recebimento do PGI para avaliação, sem que fossem solicitadas mudanças significativas aos municípios (Figura 8).

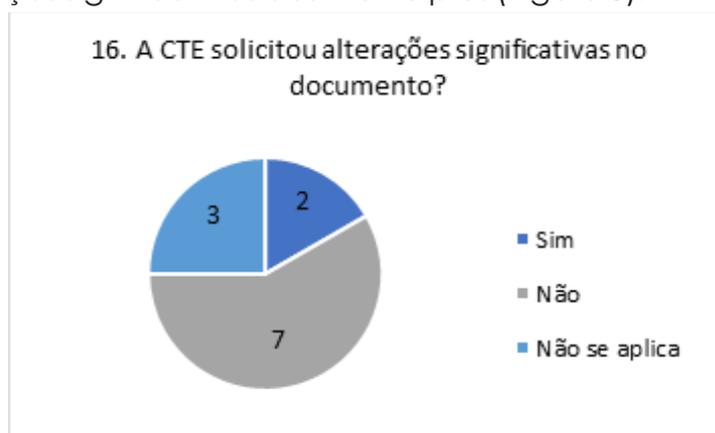


Figura 8.

Em um dos Estados, não houve apoio da CTE na elaboração dos PGIs, os quais foram enviados somente para análise da Coordenação Estadual. Em alguns casos, a devolutiva foi feita apenas sete anos depois. Foi relatado por um dos entrevistados que seu município está aguardando a avaliação do PGI há mais de seis anos. Quanto às modificações exigidas, em um dos casos foi solicitada a reestruturação completa do PGI, pois o mesmo não atendia ao formato proposto nos manuais do Projeto Orla.

Destacamos o caso do Estado de São Paulo, onde o PGI de um município foi submetido à Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro, pois, à época, não havia Coordenação Estadual e Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla instituídas. Neste caso, os procedimentos de análise foram seguidos sem prejuízo ao município, cumprindo o papel de instância estadual proposto pela metodologia.

## Análise dos resultados

Os resultados destacam a importância de a instância estadual estar instituída e de participar ao longo das etapas de elaboração do PGI. Nos Estados em que isso foi verificado, a avaliação dos PGIs ocorreu com mais celeridade e as sugestões foram incorporadas ao longo do processo. Em São Paulo, a análise do PGI se deu no âmbito da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro, que possui diversas atribuições, além do acompanhamento do Projeto Orla.

Outros casos apresentados ilustram como a descontinuidade das ações na instância estadual podem interferir negativamente na aprovação do PGI, ocasionando anos de atraso para o envio de um parecer. Isso dificulta a implementação do Plano, visto que ele só pode ser validado após a análise das esferas estadual e federal. Desta forma, é essencial que esta instância tenha prazo para a emissão do parecer e, caso não seja emitido, que se dê prosseguimento aos trâmites de análise, dirigindo o documento para a esfera federal e completando os processos de avaliação do PGI.

Recentemente, a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla de Santa Catarina publicou uma instrução normativa para balizar o processo de análise dos PGIs submetidos e que aguardam aprovação (ANEXO IV). A normativa contém uma lista de conteúdos mínimos para o PGI e deve apoiar a avaliação dos PGIs presentes e futuros elaborados no Estado. Esta normativa foi base para a construção do Produto 1.4 do presente TED, que busca apresentar uma ferramenta de avaliação dos PGIs entregues aos órgãos responsáveis pela sua análise e aprovação – Coordenação Estadual e Coordenação Nacional do Projeto Orla.

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estados com Coordenação Estadual e Comissão Técnica Estadual instituídas e atuantes durante o processo</li> <li>- Avaliações podem ser realizadas em poucos meses</li> <li>- Outros órgãos que possam suplantar o papel da instância estadual, caso não tenha sido instituída</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estados com Coordenação Estadual e Comissão Técnica Estadual ausentes ou não atuantes</li> <li>- Avaliações demoradas</li> <li>- Avaliações não realizadas, levando à paralisação dos trâmites do PGI</li> <li>- Inexistência de critérios de avaliação estabelecidos</li> <li>- Inviabilização do processo de validação dos PGIs</li> </ul>

## Encaminhamentos

1. Rever o processo de avaliação do PGI pelas instâncias competentes, considerando, na medida do possível: aspectos procedimentais (tramitação, prazos, atores), aspectos formais do PGI (padronização mínima do PGI e documentos anexos), e aspectos técnicos da avaliação (definição de rol mínimo de critérios objetivos);

2. Viabilizar a continuidade do processo caso a instância estadual não exista ou esteja inativa;

3. Propor formas de atuação da instância estadual durante todo o processo de elaboração do PGI.

### **Indicador “Audiência Pública”**

#### *Descrição do resultado*

A aplicação deste indicador objetivou identificar se os municípios realizaram audiência pública para aprovação final do PGI, como é proposto pela metodologia do Projeto Orla. Nos casos afirmativos, buscou-se analisar o nível de participação social e como as contribuições durante as audiências foram incorporadas na versão final do PGI.

Dentre os entrevistados, seis relataram a realização de audiências públicas para aprovação final do PGI, sendo que os demais não as realizaram (Figura 9). Nos municípios em que as mesmas foram realizadas, a maior parte foi feita após as adequações solicitadas pelas Coordenações Estadual e Nacional. Apenas em um caso foi feita uma audiência pública prévia à submissão do PGI para avaliação.

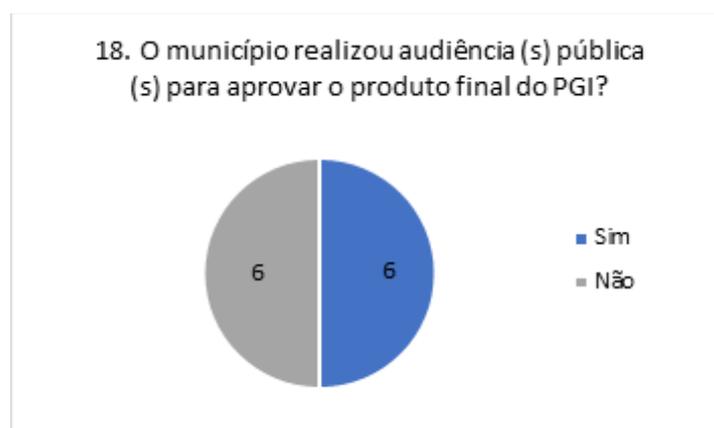


Figura 9.

Segundo os resultados, as audiências públicas realizadas tiveram níveis “Médio” (n=2) e “Alto” (n=3) de participação social (Figura 10). No entanto, nenhuma das audiências públicas resultaram em alterações significativas na versão final do PGI (Figura 11).



Figura 10.



Figura 11.

### Análise do resultado

É importante ressaltar que a audiência pública é a etapa final de validação do PGI para que possa ter início a sua implementação, segundo a metodologia apresentada nos manuais do Projeto Orla. O motivo da não realização das audiências públicas não foi explicitado pelos entrevistados, mas este fato denota o descumprimento das diretrizes propostas nos manuais. O Decreto nº 5.300/2004 ressalta e estabelece como um de seus princípios a “manutenção de mecanismos participativos”, e a ausência da realização de audiências públicas nas validações dos PGIs concebem uma lacuna em termos de participação social ao longo do processo de elaboração de implementação do Projeto Orla enquanto instrumento participativo do gerenciamento costeiro.

Esse aspecto é ainda destacado pelo fato de que, nos municípios em que as audiências públicas ocorreram, a participação social variou entre média a alta. A aprovação do PGI em audiência pública pode indicar uma maior representatividade nas ações propostas, bem como maior complacência por parte da comunidade local. Além disso, é necessário que estas audiências sejam realizadas em formatos que viabilizem a contribuição de diferentes atores locais ao final do processo, garantindo isonomia ao processo. final do processo, garantindo isonomia ao processo.

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo participativo para aprovação final do PGI</li> <li>- Médio a alto envolvimento da população nas audiências públicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa realização de audiência pública pelos municípios</li> <li>- Poucas alterações incorporadas à versão final do PGI a partir da audiência pública</li> </ul>

### Encaminhamentos

1. Garantir a realização de audiências públicas, seguindo recomendações do manual, ao final do processo;
2. Propor formato das audiências que possibilitem e potencializem uma ampla participação social.

### 3.2.3. Implementação, monitoramento e revisão

#### Indicador “Implementação do PGI”

##### Descrição do resultado

Este indicador avaliou a implementação dos PGIs nos municípios entrevistados e identificou se houve priorização das ações propostas no PGI. Em geral, os entrevistados apontaram que as ações propostas no PGI não foram implementadas em sua totalidade. Três municípios finalizaram a elaboração do PGI recentemente e, portanto, não tiveram tempo hábil para avaliar a implementação de ações. Seis entrevistados relataram que o município implementou parcialmente as ações previstas no PGI. Dentre as ações implementadas, destacam-se ações relacionadas ao engordamento de praias e à retirada de quiosques na faixa de praia. Três municípios relataram que nenhuma das ações previstas pelo PGI foi implementada.

O nível de implementação dos PGIs variou entre os municípios entrevistados, sendo que nenhum deles executou todas as ações propostas. Neste contexto, os entrevistados atribuíram esta falha na implementação do Plano, principalmente, à falta de motivação política para tal. Ainda que este argumento seja subjetivo, alguns exemplos foram destacados, como o fato do PGI ter sido desenvolvido em gestões passadas ou, ainda, por decisões tomadas de caráter eleitoral. Ainda assim, cabe ressaltar que apenas um dos entrevistados relatou que o município havia sido autuado pelo Ministério Público Federal pelo não cumprimento das ações propostas, sendo, neste caso, referente à retirada de quiosques da faixa de areia.

Quando questionados se houve algum tipo de priorização entre as ações propostas no PGI, seis entrevistados responderam “Sim” e que este processo de priorização se deu durante a 2ª oficina, como proposto pelos manuais do Projeto Orla (Figura 12). Segundo estes, apesar de a metodologia não propor tal tipo de hierarquização entre as ações previstas, optou-se por definir quais ações deveriam ocorrer com maior urgência. Para isso, considerou-se a opinião dos participantes durante as oficinas.

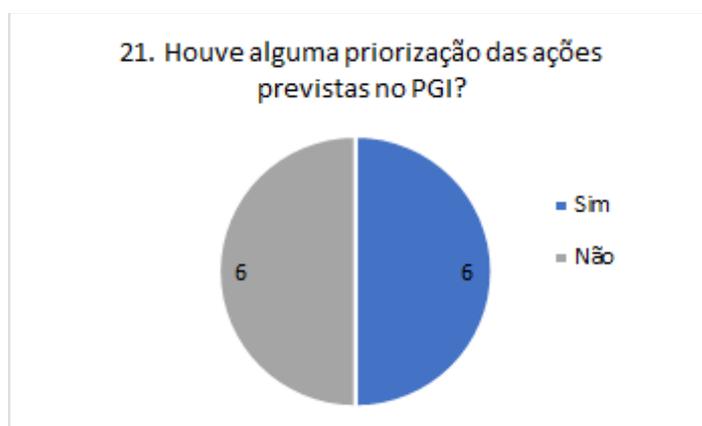


Figura 12.

## Análise dos resultados

Destaca-se desse indicador a falta de comprometimento na implementação do PGI por parte de algumas prefeituras entrevistadas. A não implementação dessas ações, junto à falta de articulação dos atores locais dada pela descontinuidade do processo participativo iniciado com a elaboração do PGI, são algumas das principais barreiras para o sucesso do Projeto Orla. Ainda assim, visto que os municípios entrevistados constituem somente parte do total de municípios com PGIs elaborados desde o início do Projeto Orla, faz-se necessária uma avaliação mais ampla para que se possa obter um panorama completo.

Neste contexto, é preciso repensar a forma como a implementação dos PGIs é acompanhada pelos órgãos responsáveis ou instituições fiscalizatórias (ex.: SPU, MMA e Ministério Público). O acompanhamento sistemático desse instrumento de planejamento por parte dessas instituições poderia aumentar o compromisso assumido pelas prefeituras com o Projeto Orla junto à população local. Além disso, a garantia na continuidade do trabalho feito pelo Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla poderia promover o envolvimento dos atores locais no processo, sendo uma via a mais para garantir a execução das ações deliberadas no PGI.

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Algumas ações implementadas</li> <li>- Instituições fiscalizadoras estabelecidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouco compromisso das Prefeituras Municipais com o Plano elaborado</li> <li>- Falta de priorização nas ações definidas durante a elaboração do PGI</li> <li>- Falta de acompanhamento sistemático da implementação do PGI pelas instâncias do Projeto Orla</li> <li>- Descontinuidade do Comitê Gestor Municipal e do engajamento de seus membros</li> </ul>

## Encaminhamentos

1. Ajustar procedimentos de priorização das ações do PGI;
2. Estabelecer métodos de acompanhamento da implementação do PGI;
3. Pactuar as responsabilidades de acompanhamento e fiscalização entre as instituições competentes.

## Indicador “Monitoramento”

### Descrição do resultado

Este indicador buscou analisar as medidas de monitoramento da implementação do PGI por parte das Prefeituras Municipais, visando entender se

havia sido estabelecidos critérios para avaliar a implementação das ações propostas e como estes critérios eram operacionalizados. Todos os entrevistados responderam que não foram estabelecidos indicadores que pudessem medir a efetividade na implementação dos PGIs (Figura 13). Um dos entrevistados ressaltou que o instrutor e os demais atores que participaram das oficinas não acharam necessário definir indicadores, uma vez que isto não é solicitado na metodologia dos manuais do Projeto Orla. Assim, não foi possível obter informações de como os indicadores de monitoramento poderiam ser operacionalizados no monitoramento e avaliação da implementação dos PGIs.

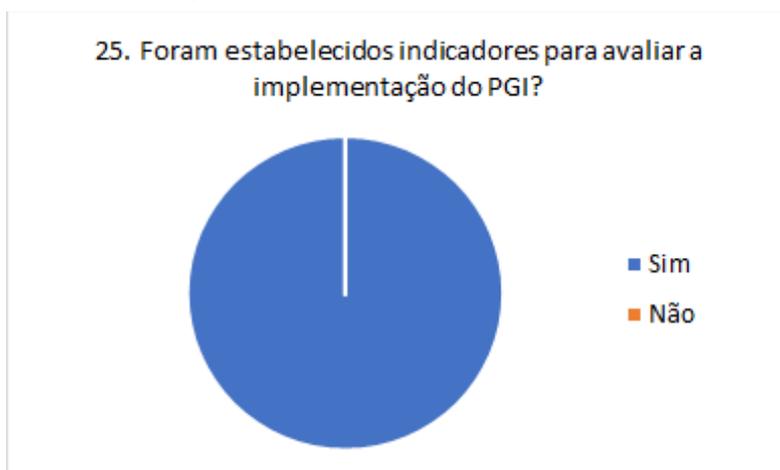


Figura 13.

#### Análise dos resultados

Os resultados apontam para a ausência de indicadores definidos ao longo do processo que propiciem o monitoramento na implementação dos PGIs. A construção deste tipo de indicadores deve atentar para o fato dos mesmo serem passíveis de mensuração/avaliação como, por exemplo, o cumprimento ou não de alguma ação, atendimento ou não a um prazo para execução de alguma ação, etc. Assim, o sucesso na implementação poderá ser avaliado de maneira objetiva, permitindo que a população local e demais autoridades acompanhem a execução do Plano.

É importante apontar que a incorporação do método de indicadores em conjunto com os apontamentos feitos no indicador "Implementação do PGI" permitirão o amplo acompanhamento da execução por parte da população em geral, aumentando a transparência do ente municipal em relação à gestão de praias e orlas. Constitui-se, portanto, um dos pontos-chave a ser incorporado na revisão conceitual e metodológica do Projeto Orla.

#### POTENCIALIDADES

#### FRAGILIDADES

- Método de avaliação da execução do plano inexistente na metodologia do Projeto Orla
- Falta de critérios claros para acompanhamento por parte da população local e autoridades competentes

## Encaminhamentos

1. Incorporar sistemas de indicadores para avaliação da execução do PGI, definindo-os durante a 2ª oficina, em etapa dedicada exclusivamente à este fim;
2. Estudar como os indicadores poderiam ser operacionalizados no monitoramento e avaliação da implementação dos PGIs, de forma a facilitar a mensuração/avaliação como, por exemplo, o cumprimento de ações, atendimento a prazos, obstáculos, etc;
3. Estabelecer no manual a revisão periódica do cronograma de implementação.

### **Indicador “Revisão do PGI”**

#### *Descrição do resultado*

O objetivo desse indicador foi verificar se os municípios definiram prazos para revisão de seus PGIs durante as oficinas e quais já realizaram a revisão, buscando compreender quais foram as metodologias empregadas neste processo. Dentre os entrevistados, oito disseram não ter definido um prazo para revisão de seus PGIs (Figura 14). Dos quatro municípios que disseram ter esse prazo definido, foram estabelecidos cinco anos para que seus Planos fossem revisados, sendo que apenas um realizou a revisão até o momento. Soma-se a este, outros dois municípios que, apesar de não terem definido prazo inicialmente (Figura 15), revisaram seus Planos depois de 8 anos. Nesse cenário, somente um dos entrevistados relatou que o PGI foi significativamente modificado em relação à sua primeira versão, elaborado com 16 anos de antecedência (Figura 16).

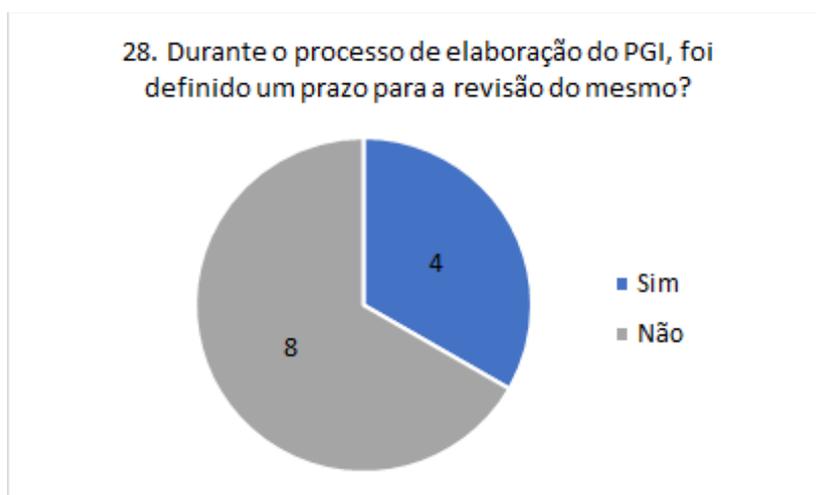


Figura 14.

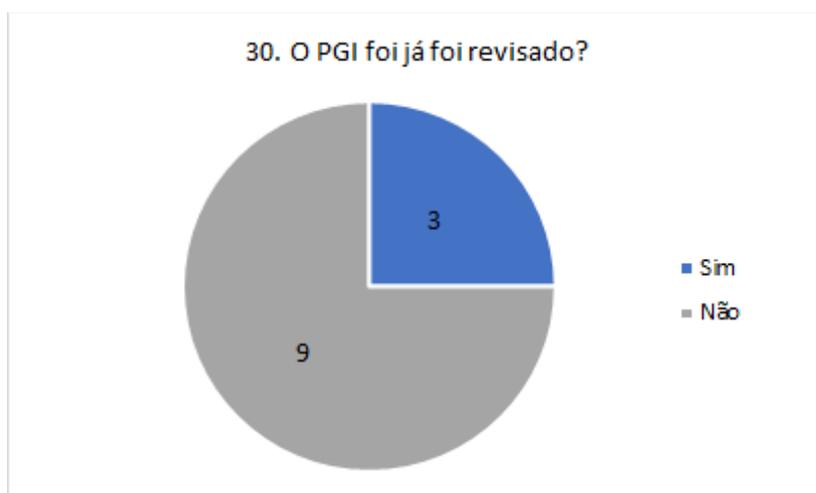


Figura 15.

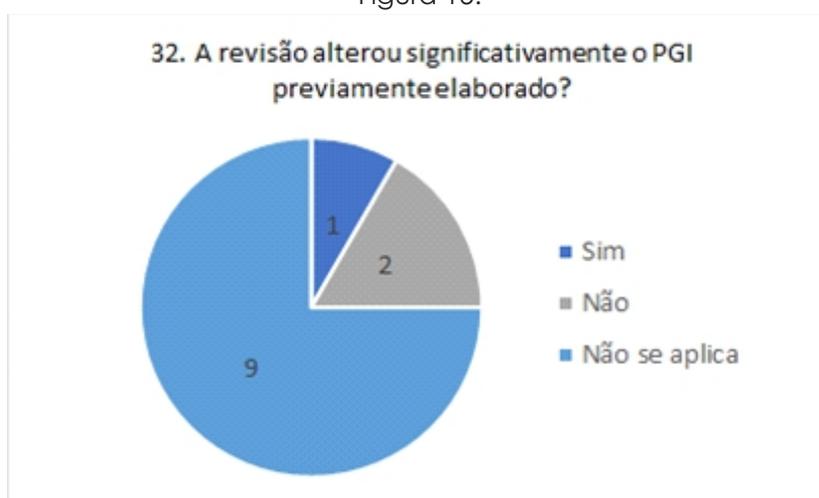


Figura 16.

Quando questionados sobre a metodologia utilizada na revisão, os municípios que passaram por esse processo informaram terem adaptado a mesma metodologia dos manuais usada para a primeira construção do Plano e outra denominada "Árvore do desafio". Esta segunda metodologia pede ao participante para listar os principais desafios de cada trecho da orla e quais são as propostas para solucioná-los. Em seguida, relacionam-se às temáticas abordadas durante a dinâmica com aquelas temáticas da primeira versão do PGI buscando os pontos de repetição entre as mesmas. Ao final, as ações propostas priorizam a resolução de problemas que não haviam sido solucionados desde a versão anterior do PGI, entendendo-os como principais desafios na gestão da orla marítima do município.

### *Análise dos resultados*

Como parte de um ciclo de gestão, as ações propostas nos Planos de Gestão Integrada necessitam ser avaliadas e revisadas a fim de incorporar melhorias, adaptando-as a novos contextos ao longo do tempo. Por esse motivo, faz-se necessário o estabelecimento de prazos para que os planos sejam revistos e que se defina como esse processo será executado. A revisão do PGI não era um passo constante na metodologia do ORLA, sendo necessário considerá-la.

É importante determinar como os prazos serão definidos, com ampla

participação social. Assim, também é desejável que os prazos para execução das ações não ultrapassem o limite para a revisão. Caso não se encontre solução para alguma problemática ao fim do prazo, deve-se considerá-la como prioridade na elaboração do Plano seguinte.

É necessário especificar nos manuais qual será a metodologia empregada na revisão do PGI. Caso seja a mesma metodologia usada na elaboração do primeiro Plano, faz-se necessário adaptar as diretrizes para facilitar processos já consolidados no primeiro momento. Por outro lado, podem ser propostas metodologias alternativas que se enquadrem na proposta do Projeto Orla, como é o caso da metodologia da “Árvore do desafio”, entre outras.

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Metodologia pode ser adaptada para o processo de revisão</li> <li>- Metodologias alternativas podem ser incorporadas na revisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manuais não indicam o estabelecimento de prazo para revisão do PGI</li> </ul>

### *Encaminhamentos*

1. Estabelecer o prazo ou método para definição do prazo para revisão do PGI;
2. Adaptar processos da metodologia de elaboração do PGI para o processo de revisão, e/ou;
3. Estudar metodologias que podem ser incorporadas aos objetivos do Projeto Orla.

### *3.3. Tópico Institucional e Governança*

#### **3.3.1. Recursos materiais, humanos e financeiros**

##### **Indicador “Equipe Técnica”**

##### *Descrição do resultado*

As perguntas utilizadas na avaliação deste indicador tiveram o objetivo de identificar o perfil da equipe técnica dedicada à condução do Projeto Orla no âmbito das Prefeituras Municipais. Buscou-se saber se, na opinião dos entrevistados, se a equipe disponível foi suficiente para conduzir a elaboração e, posteriormente, acompanhar e facilitar a implementação do PGI.

De acordo com o relato dos entrevistados, esta equipe técnica difere entre os casos. Três entrevistados disseram haver apenas uma pessoa responsável pelo Projeto Orla na Prefeitura e que essa pessoa acumula outras funções no órgão. Três entrevistados indicaram equipes técnicas compostas por três ou mais servidores,

inclusive de diferentes Secretarias Municipais. Três entrevistados disseram não haver equipe específica para esta temática dentro da Prefeitura. Por fim, um dos entrevistados relatou não haver equipe dedicada especificamente à implementação do PGI, mas que o órgão responsável pela pasta de planejamento urbano incorporou as ações do PGI na sua agenda.

Quando questionados se a equipe disponível foi suficiente para elaboração e implementação do PGI, cinco entrevistados responderam “Sim” e seis “Não”, além de um entrevistado que preferiu não opinar (Figura 17). Nos casos em que a equipe foi suficiente, os entrevistados complementaram que o apoio de servidores de outras Secretarias foi fundamental para o bom andamento do processo.

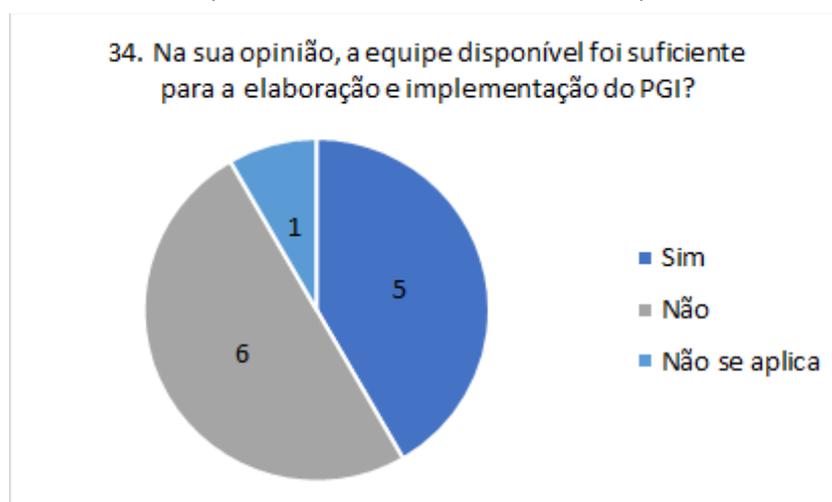


Figura 17.

#### *Análise dos resultados*

Os resultados apontam que, majoritariamente, as Prefeituras Municipais não destinam profissionais para desempenhar exclusivamente funções de gestão das praias e orla. Quando disponível equipe para tal função, a mesma não é suficiente para implementar a agenda de trabalho baseada no PGI, uma vez acumularem outras funções. Por vezes, essa temática se encontra centralizada em um único servidor e, caso não haja manutenção do cargo, a agenda acaba descontinuada.

No contexto da gestão municipal de praias, colocada pelo artigo 14 da Lei nº 13.240/2015 e Portarias SPU nº 113/2017 e 44/2019 (Termo de Adesão à Gestão de Praias), essa problemática pode ser atenuada dentro do Projeto Orla. Ao exigir que seja delegado um servidor municipal para o cargo de “Gestor de Praias”, o TAGP cria uma figura na administração municipal que será responsável – inclusive juridicamente – pela gestão de praias no município. Assim, torna-se obrigatório que ao menos uma pessoa se dedique a esta temática, promovendo uma maior importância da gestão de praias dentro das Secretarias Municipais. Por se tratar de um assunto de relevância para diversos setores da administração municipal, a integração com diferentes Secretarias aumenta a possibilidade de assuntos correlatos à gestão de praias e orla serem priorizados na agenda municipal.

## POTENCIALIDADES

- Legislação de gestão municipal de praias instituiu a figura do “Gestor de Praias”

## FRAGILIDADES

- Falta de equipe de servidores técnicos para conduzir a temática nas Prefeituras Municipais

- Reduzida apropriação por parte das diferentes pastas responsáveis por executar ações do PGI

### *Encaminhamentos*

1. Destacar a importância do “Gestor de Praias” para o Projeto Orla na esfera municipal;
2. Buscar maior integração entre Secretarias Municipais para efetivar a implementação do Projeto Orla.

### **Indicador “Recursos Financeiros”**

#### *Descrição do resultado*

Neste indicador avaliou-se a relação entre os recursos utilizados pelos municípios para a elaboração e implementação do PGI e suas fontes, sendo elas próprias da Prefeitura Municipal, provenientes de outras instituições ou fontes de captação de recursos e financiamento. Buscou-se analisar se os recursos financeiros provenientes de receitas na área de atuação do Projeto Orla são utilizadas para implementação das ações previstas no PGI.

Todos os entrevistados relataram que as Prefeituras utilizaram recursos próprios para o Projeto Orla e elaboração do PGI (Figura 18). Quanto à implementação das ações do PGI, sete entrevistados responderam que o município utilizou recursos próprios para executar as ações propostas (Figura 19). No entanto, três destes entrevistados responderam que algumas ações foram ou serão implementadas com recursos de outras fontes, como é o caso de um projeto de revitalização da orla que está sendo financiado pelo Governo Estadual. Quatro entrevistados responderam que nenhuma ação do Plano havia sido implementada até então e que, por esse motivo, não foi utilizado nenhum recurso para execução das ações propostas.

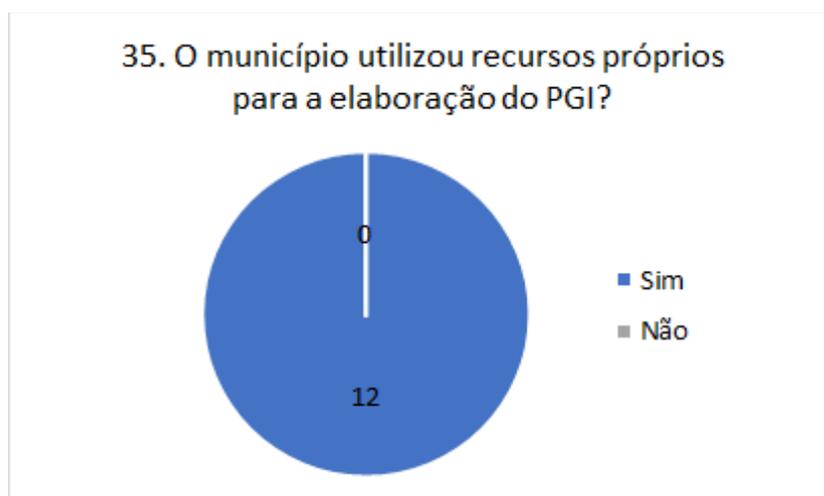


Figura 18.

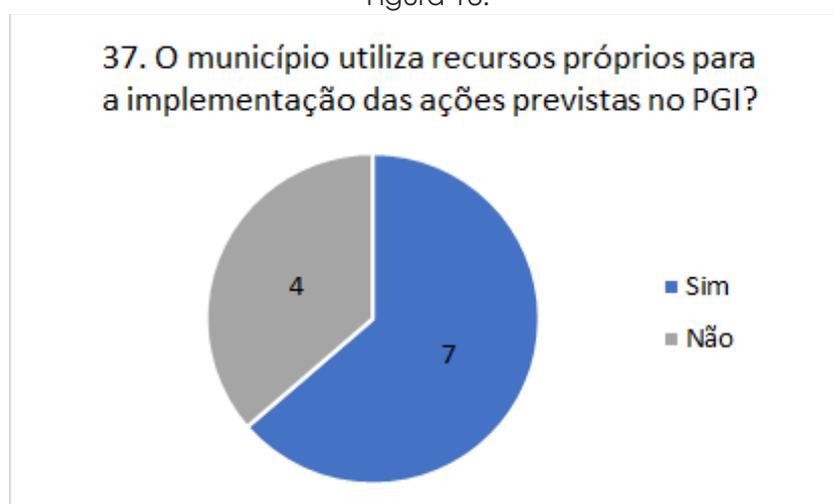


Figura 19.

Quando questionados sobre a utilização de recursos provenientes de receitas patrimoniais da União, 10 entrevistados responderam que os municípios não utilizavam esta fonte para a implementação do PGI (Figura 20). Todavia, um dos entrevistados relatou a criação de um fundo a ser gerido pelo Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla, com parte dessa verba sendo destinada à execução das ações previstas no PGI. Um dos entrevistados apontou uma falha no Termo de Adesão a Gestão de Praias (TAGP). De acordo com o entrevistado, o fato do Termo não impor vinculação aos recursos transferidos da União para os municípios com a execução de ações de melhoria na gestão das praias marítimas é uma falha.

### 37. O município aplica os recursos de receitas patrimoniais da União nas ações do PGI?

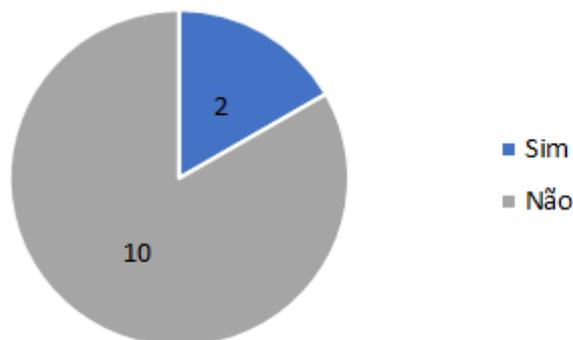


Figura 20.

#### Análise dos resultados

A aplicação deste indicador demonstra autonomia financeira dos municípios para a fase de elaboração dos PGIs. Porém, obras que exigem investimentos incompatíveis com os recursos municipais podem necessitar de aporte de outras fontes de financiamento. Parcerias entre diferentes esferas do poder público são importantes, visto que a gestão das praias marítimas é, segundo o Decreto nº 5.300/2004, uma responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Quando se trata da aplicação dos recursos provenientes de arrecadação patrimonial, a baixa porcentagem de municípios que os utiliza para execução das ações do PGI reflete uma falha nos mecanismos de repasse. Nesse contexto, ao não vincular esses recursos à melhoria na gestão das praias, o município passa a aplicá-los em outras demandas da administração municipal. O recurso repassado pela União torna-se insuficiente para a execução das ações previstas no PGI, dificultando a implementação do plano, ainda que seja necessário separar o que é, especificamente, repasse da União do que é de gestão própria do município. A alternativa encontrada por um dos municípios entrevistados de criar um fundo específico gerido pelo Comitê Gestor é aqui destacada. Este fundo garante que, em casos de obras emergenciais (ex.: contenção à erosão), o município possa utilizar recursos próprios mediante autorização da obra pela SPU e órgãos licenciadores. Essa poderia ser uma prática adotada como sugestão para os municípios que buscam implementar seus PGIs.

Em relação a esta temática, torna-se importante ressaltar que, à época da elaboração do escopo das normativas referentes ao TAGP foi analisada a vinculação das receitas à qualificação da área objeto do Orla, não sendo possível tal vinculação em um instrumento infralegal. Por outro lado, as receitas decorrentes de multas patrimoniais já estão vinculadas à área objeto do TAGP.

## POTENCIALIDADES

- Municípios com recursos suficientes para elaborarem seus PGIs
- Termo de Adesão à Gestão de Praias transfere a gestão das praias ao Município. O Município passa a gerir as receitas patrimoniais com arrecadação das Permissões de Uso e das Cessões de Uso Onerosas
- Fundos municipais com destinação exclusiva

## FRAGILIDADES

- O TAGP não possui vinculação de recurso. É transferida apenas a gestão da orla
- Comitê Gestor com dificuldades em executar as ações previstas por falta de recursos

### *Encaminhamentos*

1. Sugerir que os municípios criem fundos específicos para as ações do PGI;
2. Sugerir que os fundos sejam geridos pelo Comitê Gestor da orla;
3. Recomendar parcerias entre esferas de governo (estadual e federal) para execução de ações que necessitem de investimento mais robusto.

### **Indicador “Instrutor”**

#### *Descrição do resultado*

Neste indicador buscou-se identificar as atividades desenvolvidas pelos instrutores, o tempo decorrido entre a contratação e a entrega dos produtos previstos. Apenas um entrevistado respondeu que o instrutor havia sido responsável somente pela elaboração das oficinas e que a elaboração da versão preliminar do PGI ficou a cargo dos técnicos da Prefeitura. Dez entrevistados relataram que o instrutor foi contratado para seminários de sensibilização, condução das oficinas, escrita da versão preliminar do PGI. Em um destes municípios a audiência pública para aprovação do PGI também ficou a cargo do instrutor.

Em relação ao tempo decorrido entre a contratação do instrutor e a entrega dos produtos previstos, os prazos variam entre 1 e 2 anos. Em um caso, o produto final nunca foi entregue, pois o instrutor entregou a versão preliminar do PGI em formato diferente das diretrizes apontadas nos manuais, sendo que o mesmo não foi aprovado pela Coordenação Estadual.

Buscou-se avaliar a relação da Prefeitura com o instrutor, sendo que sete entrevistados classificaram como “Boa”, quatro como “Razoável” e um como “Ruim” (Figura 21). Um dos entrevistados não soube responder, pois não ocupava cargo na prefeitura quando da contratação do instrutor. Dentre os que classificaram como “Razoável”, apontou-se que o instrutor não colaborou na escrita do documento final ou com outras responsabilidades exigidas no Termo de Referência. Já no caso classificado como “Ruim”, o entrevistado relatou que o instrutor não soube conduzir o processo de forma participativa e interferiu

diretamente nos resultados obtidos.



Figura 21.

### Análise dos resultados

Este indicador demonstra que a contratação dos instrutores é feita, geralmente, contando com sua atuação desde os seminários de sensibilização (etapas iniciais) até a escrita da versão preliminar do PGI (etapas finais). No entanto, alguns entraves foram observados e podem representar problemas ao processo, como por exemplo, situações de omissão por parte do instrutor, com o não cumprimento das responsabilidades previstas na contratação, ou ainda, situações onde correções em eventuais erros no formato do produto final ficarem sob responsabilidade da Prefeitura, a qual pode não possuir capacidade para tal. Dessa forma, é importante ressaltar a relevância de um Edital de contratação bem estruturado, com um Termo de Referência bem alinhado à metodologia do Projeto Orla.

Ainda, faz-se necessário que o processo de formação dos instrutores seja mais aprofundado em relação às técnicas de mediação de processos participativos, bem como na reciclagem na metodologia do Projeto Orla para aqueles já formados em períodos anteriores. A não atualização desses profissionais pode levar à defasagem nos diferentes aspectos que necessitam ser considerados durante o processo. Além disso, sugere-se a incorporação de formas de avaliação de desempenho do instrutor por parte das Coordenações Nacional e Estadual, assegurando o cumprimento das diretrizes do Projeto Orla.

#### POTENCIALIDADES

- Atuação de instrutores previamente capacitados na metodologia do Projeto Orla e na abordagem multidisciplinar preconizada pela metodologia

#### FRAGILIDADES

- Não cumprimento das atividades previstas em contrato  
- Formação de instrutores com pouco aprofundamento em técnicas de mediação de processos participativos

## Encaminhamentos

1. Definir modelo de Termo de Referência para a contratação de instrutores;
2. Sugerir inclusão de técnicas de mediação de processos participativos na formação de instrutores;
3. Sugerir meios de avaliação do trabalho desenvolvido pelos instrutores;
4. Recomendar cursos de reciclagem para instrutores previamente capacitados.

### 3.3.2. Aspectos institucionais e políticos

#### Indicador “Articulação Interna”

##### Descrição do resultado

Buscou-se identificar, em geral, quais Secretarias das Prefeituras foram responsáveis pela elaboração e implementação do PGI, bem como avaliar o nível de envolvimento de outras Secretarias ao longo do processo. Os resultados apontam que em seis municípios entrevistados a Secretaria de Planejamento Urbano (ou semelhante) conduziu o processo de elaboração e implementação do PGI. Em quatro municípios essa responsabilidade ficou com a pasta de Turismo e em duas com a pasta de Meio Ambiente (Figura 22).



Figura 22.

Quando questionados sobre o nível de envolvimento das demais Secretarias ao longo do processo, quatro responderam “Baixo”, dois responderam “Médio” e quatro responderam “Alto” (Figura 23). Dentre os que responderam “Baixo”, ainda foi destacado que algumas funções da própria Prefeitura foram realizadas pelo instrutor, como a compilação de documentos para a produção do dossiê de diagnóstico.

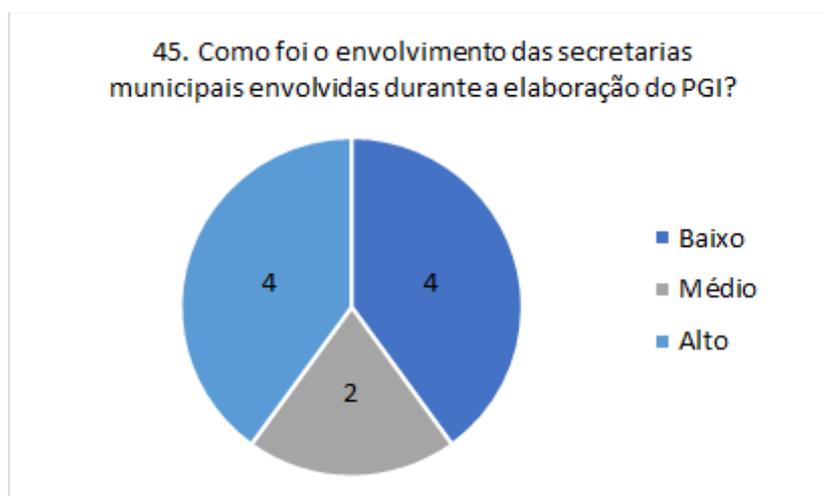


Figura 23.

### Análise dos resultados

No âmbito do município, a escolha do arranjo institucional e, mais especificamente, da sua coordenação, que será responsável pelo processo de implementação do PGI deve ser estratégica para atender aos objetivos do Projeto Orla. A tendência é que, quanto maior for o comprometimento da Prefeitura como um todo, maior será a chance de sucesso da iniciativa. Secretarias mais transversais como as chamadas “executivas” ou “gabinete” podem ser mais eficazes. Ainda, órgãos de Planejamento Urbano podem ter maior ingerência sobre obras e aspectos de urbanização da faixa de orla, inclusive referente às irregularidades na área de abrangência do Projeto Orla. Por outro lado, o setor responsável pelos assuntos do Turismo podem executar melhorias na estrutura de atendimento a este importante público e setor econômico nos municípios costeiros. Por fim, órgãos de Meio Ambiente podem atuar junto às questões de qualidade ambiental das praias, comumente associadas à questão de resíduos sólidos, mas também outros temas. Esse cenário ilustra a importância de uma Comissão Municipal bem representativa.

Por se tratar de um plano que deve ser construído com participação das três esferas de governo e ampla participação da sociedade civil organizada, os PGIs não podem retratar somente a visão do setor que conduz este processo. Nesse sentido, é de extrema importância que as demais Secretarias Municipais estejam presentes na fase de elaboração do PGI, bem como trabalhem em conjunto para implementar as ações definidas.

Essa articulação interna deve se dar de acordo com a realidade de cada município. Os manuais do Projeto Orla podem indicar sugestões de quais setores são preponderantes no contexto das Secretarias municipais quem devam participar do Projeto Orla, na elaboração do PGI e na implementação das ações.

## POTENCIALIDADES

- Envolver diferentes Secretarias Municipais na gestão da orla
- Oportunidade de conciliar diferentes interesses

## FRAGILIDADES

- Secretarias Municipais que não se articulam internamente
- Dificuldade de implementar ações multisetoriais

### *Encaminhamentos*

1. Apontar sugestões de quais pastas devem participar do Projeto Orla nas suas diferentes fases;
2. Exemplificar ações que podem ser desenvolvidas a partir de parcerias entre diferentes Secretarias.

### **Indicador “Motivações”**

#### *Descrição do resultado*

Buscou-se identificar os motivos que levaram os municípios entrevistados a aderirem o Projeto Orla e relacionar os benefícios associados a partir de sua implementação. Quatro entrevistados relataram que o município aderiu ao Projeto Orla a partir de incentivo de servidores da Prefeitura, dois atribuíram a adesão aos recursos provenientes da gestão municipal de praias, outros dois entrevistados apontaram que a adesão servirá para resolver conflitos existentes na orla marítima e, por fim, outros dois afirmam que a adesão se deu como forma de acesso às linhas de financiamento federal exclusivas para municípios com Projeto Orla. Um entrevistado associou a adesão ao apelo turístico do município e outro ao incentivo dado pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado.

Quando questionados sobre o principal benefício para o município após a adesão, as respostas foram as seguintes: maior apelo turístico para o município; aproximação com a sociedade civil organizada; aproximação com outros entes públicos, dentre eles Ministério do Turismo e SPU; possibilidade de acessar financiamentos exclusivos; manter a qualidade ambiental das praias; resolver questões judicializadas; aumento na arrecadação do município; proibição no tráfego de carros na praia; eliminar lançamento de esgotos clandestinos; e implementar projeto de urbanização.

#### *Análise dos resultados*

Os resultados apontam para uma necessidade de ampla divulgação do Projeto Orla e seus benefícios associados a uma gestão adequada da orla, tanto do ponto de vista ambiental, como social e patrimonial. A análise dos resultados permite inferir que a maior parte dos municípios que aderiram ao Projeto Orla foram incentivados por servidores da Prefeitura e que a captação de recursos, ainda que

em potencial, constituem parte significativa dos motivos para a adesão, principalmente no contexto do TAGP.

Cabe destacar também que, dentre os principais benefícios da adesão ao Projeto Orla, está a aproximação com a sociedade civil organizada, a qual se constitui como um dos pilares do projeto, propiciando uma gestão participativa do patrimônio público que são as praias. Outro benefício importante associado ao Projeto Orla por parte dos entrevistados é o da manutenção da qualidade ambiental das praias. Esta associação está vinculada à irregularidades comuns no território e que impactam direta ou indiretamente a orla marítima, como o lançamento de esgoto e o tráfego de veículos na faixa de areia.

Sendo assim, duas categorias principais de benefícios podem ser identificadas a partir dos resultados das entrevistas: econômico e ambiental. No entanto, os benefícios do Projeto Orla são também associados às relações institucionais e sociais. O Projeto Orla auxilia o ordenamento de competências na gestão da orla, integrando as três esferas de governo – Federal, Estadual e Municipal – para a tomada de decisão. Ao promover uma gestão da orla adequada, o ambiente social pode ser beneficiado a partir da promoção do bem-estar aos usuários das praias e diminuição de conflitos existentes na faixa de abrangência do Projeto Orla.

#### POTENCIALIDADES

- Benefícios econômicos do Projeto Orla potencializados com a gestão municipal de praias
- SPU como articuladora do Projeto Orla à nível federal

#### FRAGILIDADES

- Benefícios sociais e institucionais do Projeto Orla pouco explorados

#### *Encaminhamentos*

1. Destacar os benefícios do Projeto Orla nos manuais;
2. Utilizar outros meios de promoção e divulgação do Projeto Orla (ex.: vídeos promocionais, flyers digitais etc.).

#### **Indicador “Articulação com outras esferas do poder público”**

#### *Descrição do resultado*

A aplicação deste indicador teve como objetivo a avaliação do papel desempenhado pelas instituições federais que compõem a Coordenação Nacional do Projeto Orla durante o processo de elaboração do PGI. Além disso, buscou-se analisar como foi a relação do município com a Coordenação Estadual e Comissão Técnica Estadual (CTE) do Projeto Orla, além de identificar instituições federais e estaduais que participaram das oficinas.

Com relação à participação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), os

municípios que realizaram seus PGIs após 2016 relataram que não houve participação de nenhum representante nas oficinas. Os municípios que elaboraram os PGIs nos anos anteriores a 2016 responderam que ao menos um representante compareceu nas oficinas, com destaque para dois entrevistados que relataram participação ativa do MMA durante o processo.

Quanto à participação da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), todos entrevistados responderam que houve a participação de representantes nas oficinas. Oito entrevistados responderam que houve a participação de representantes da unidade central em Brasília e quatro que houve a participação dos representantes das Superintendências dos respectivos Estados. Quando questionados sobre a relação do município com a SPU, dez entrevistados classificaram como “Boa”, um como “Razoável” e um como “Ruim”.

Cabe destacar que dois entrevistados relataram que os representantes das Superintendências foram fundamentais para elucidar aspectos referentes à metodologia do Projeto Orla, bem como nas adequações necessárias aos documentos do PGI. Um dos entrevistados ressaltou que a SPU foi fundamental na articulação para o município aderir ao Projeto Orla. No entanto, dois entrevistados relataram que o representante da SPU influenciou na condução das oficinas, tendo interferido diretamente no resultado final do PGI. Um dos entrevistados relatou intervenções que acabaram por descreditar a opinião dos participantes durante as oficinas.

Quanto à Coordenação e Comissão Estadual, dez entrevistados classificaram a relação do município como “Boa”, um como “Razoável” e um como “Ruim”. Para o entrevistado que classificou como “Ruim”, o tempo muito longo decorrido para a análise da versão preliminar do PGI e a “pouca flexibilidade quanto ao formato do documento” foram aspectos negativos durante o processo de aprovação do PGI. Os entrevistados citaram que as seguintes instituições federais também participaram das oficinas: Ministério do Turismo; Marinha do Brasil (Capitania de Portos); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e Ministério do Planejamento.

### *Análise dos resultados*

Os resultados apontam para uma redução significativa e gradual do MMA nas ações do Projeto Orla nos últimos anos. Destaca-se que, como membro da Coordenação Nacional do Projeto Orla e um dos articuladores dessa política de gestão costeira em nível nacional, o MMA é um ator-chave no processo e sua participação é compulsória, de acordo com o Decreto 5.300/2004. Este resultado não se pode confundir com a participação do setor ambiental no processo, o qual se manteve relativamente estável com a atuação do G-17, que é grupo das OEMAS dos 17 estados costeiros, o qual possui representatividade no GI-GERCO.

Os entrevistados apontam ainda que a SPU se fez presente tanto nas oficinas quanto no apoio metodológico durante o processo, principalmente por meio das

Superintendências nos Estados. Cabe destacar também o importante papel desempenhado pela SPU na articulação do Projeto Orla junto aos municípios e, mais recentemente, na transferência da gestão das praias aos municípios, através do Termo de Adesão à Gestão de Praias. É essencial ressaltar que a participação de instituições federais nas oficinas, ainda que crucial, deve estar integrada aos ritos estabelecidos na metodologia do Projeto Orla, a qual deve refletir, em última análise, os anseios e necessidades da gestão municipal e da comunidade local.

Os apontamentos feitos em relação às Coordenações e Comissões Estaduais referem-se, principalmente, à demora no processo de análise e aprovação dos PGIs submetidos e reforçam os resultados do indicador “Audiência pública”. A identificação das instituições participantes nas oficinas reforçam que é imperativo o envolvimento de instituições fiscalizadoras e de gestão (ex.: IBAMA, IPHAN, entre outras). Essas instituições são fundamentais para garantir o cumprimento da legislação vigente na proposição de ações no PGI.

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- MMA presente e ativo nos PGIs anteriores à 2016</li> <li>- SPU presente e ativa no processo de elaboração dos PGIs</li> <li>- Instituições de fiscalização e gestão presentes nas oficinas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fragilidade institucional na área ambiental e descumprimento de responsabilidade legal por parte do MMA</li> <li>- Interferência de representantes nos resultados do PGI</li> <li>- Participação frágil do Ministério do Turismo ao longo do Projeto Orla</li> </ul>

#### *Encaminhamentos*

1. Destacar as atribuições de cada instituição no processo de elaboração e implementação dos PGIs;
2. Reforçar as responsabilidades de cada entidade instituída pelo Decreto 5.300/2004, em especial ao Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo e SPU
3. Relacionar as instituições de fiscalização e gestão que devem ser convidadas a participar das oficinas.

### **3.3.3. Governança**

#### **Indicador “Governança e participação social”**

##### *Descrição do resultado*

Este indicador buscou identificar como os atores sociais foram mobilizados para participar do processo, quais os meios de comunicação utilizados para divulgar as oficinas do PGI no município e o seu nível de participação, segundo os entrevistados.

Entre as estratégias de mobilização dos atores locais adotadas pelos municípios, os seguintes resultados foram obtidos: Convite formal às entidades representativas (n=5); Seminário de sensibilização (n=4); Reuniões setoriais por grupo de usuários (ex.: pescadores, proprietários de quiosques, etc.) (n=2); Mapeamento dos atores locais (n=2); e Ampla divulgação (n=2) (Figura 24).

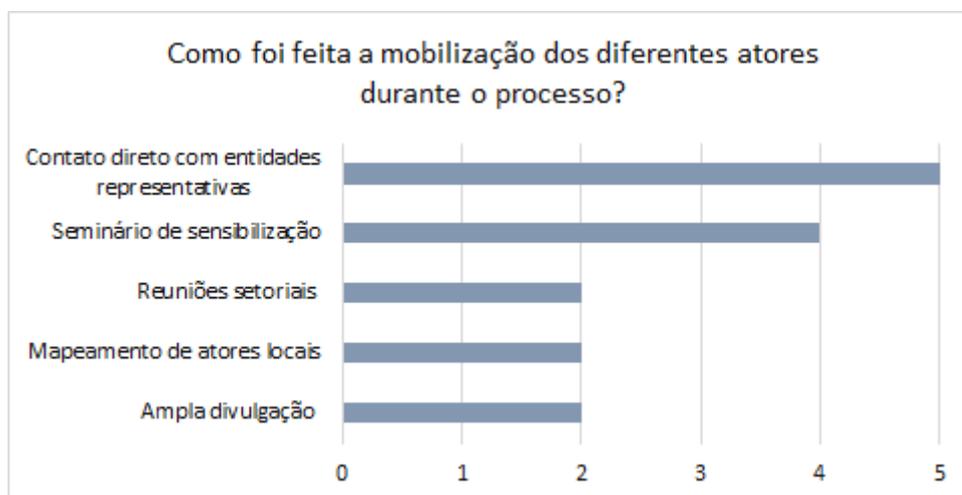


Figura 24.

Com relação aos meios de comunicação utilizados para convidar os atores locais para as oficinas, seis municípios enviaram ofícios diretamente às entidades representativas e órgãos governamentais, quatro anunciaram no sítio eletrônico oficial da Prefeitura, quatro enviaram e-mails diretamente às entidades representativas, três anunciaram em jornais locais, três em mídias sociais e três telefonaram para os convidados. Dois entrevistados afirmaram que o município fez anúncios na televisão, dois afirmam que fizeram visitas a campo para conversar com usuários da praia, dois municípios fizeram divulgação no rádio, um realizou campanha de panfletagem, um divulgou no diário oficial do município, e um por carros de som (Figura 25). Quando questionados sobre o nível de participação nas oficinas, todos entrevistados responderam “Alto” (Figura 26).



Figura 25.

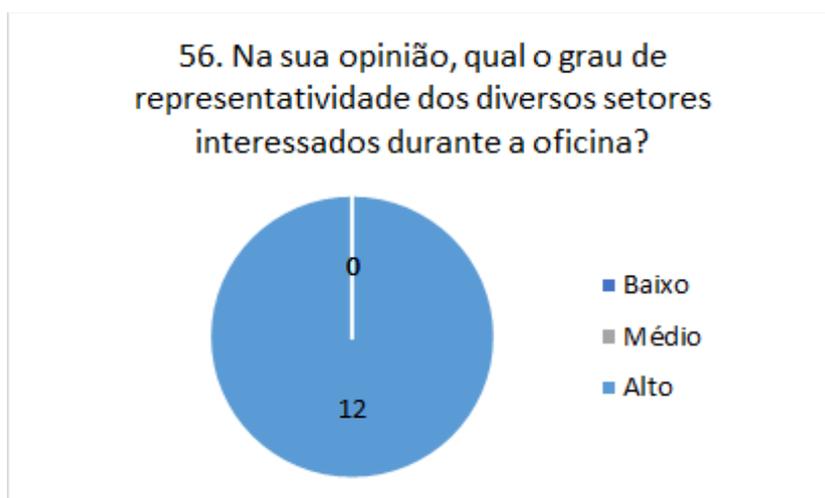


Figura 26.

### Análise dos resultados

As estratégias desenvolvidas pelos municípios para a mobilização dos atores locais são variadas e apresentam diferentes níveis de eficácia, de acordo com o público a qual se direciona. O mapeamento dos atores locais deve ser o primeiro passo na identificação de quais serão os atores e entidades representativas que deverão ser convidadas às oficinas de elaboração do PGI. Assim, assegura-se que os diferentes grupos de usuários da orla serão devidamente representados nas decisões tomadas e posteriormente poderão, inclusive, compor o Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla.

Tratando-se de entidades representativas, como associação de moradores, entidades de classe, colônias/associações de pescadores, organizações do setor privado, etc., identificou-se que a maior parte dos municípios realizaram convites diretos por meio de contato via e-mail e/ou telefone. No caso dos órgãos governamentais, como Secretarias Municipais e órgãos estaduais, o convite foi formalizado via ofício. Nesse contexto, o contato pessoal com as entidades representativas torna o convite mais “personalizado”, enquanto os ofícios expedidos para órgãos governamentais formalizam o convite.

Em relação aos seminários de sensibilização e reuniões setoriais, os entrevistados relataram que as estratégias adotadas aproximaram a comunidade local da temática do Projeto Orla e iniciaram diálogos importantes para todo o processo de elaboração e consolidação dos PGIs. Os seminários de sensibilização foram organizados de forma a congregar os diferentes setores da sociedade e divulgar a iniciativa da Prefeitura Municipal em relação ao Projeto Orla. As reuniões setoriais, por outro lado, serviram para articular os diferentes setores econômicos e de usuários da praia, identificando os principais interesses de cada setor e possíveis conflitos existentes na área de atuação do Projeto Orla.

Quanto aos meios de comunicação utilizados para convite da população em geral, os municípios apresentaram uma preferência por meios digitais, como mídias sociais e divulgação no sítio eletrônico oficial da Prefeitura. Ainda assim, carros de som, anúncios em rádio e TV locais aumentam o alcance do convite. conflitos existentes na área de atuação do Projeto Orla.

Quanto aos meios de comunicação utilizados para convite da população em geral, os municípios apresentaram uma preferência por meios digitais, como mídias sociais e divulgação no sítio eletrônico oficial da Prefeitura. Ainda assim, carros de som, anúncios em rádio e TV locais aumentam o alcance do convite.

POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diferentes estratégias de mobilização de acordo com o público alvo</li> <li>- Realização de seminários de sensibilização e reuniões setoriais</li> <li>- Maior alcance de mídias sociais</li> <li>- Estratégias combinadas para ampla divulgação das oficinas</li> </ul>	

### *Encaminhamentos*

1. Mapear diferentes públicos participantes da oficina, relacionando estratégias de comunicação mais adequada a cada um;
2. Destacar a importância dos seminários de sensibilização e das reuniões setoriais para o engajamento dos atores locais;
3. Exemplificar métodos de utilização das redes sociais no engajamento de atores locais.

### **Indicador “Comitê Gestor”**

#### *Descrição do resultado*

A aplicação deste indicador teve como objetivo examinar como foi o processo de formação dos Comitês Gestores Municipais do Projeto Orla, identificar sua composição e determinar se estão atuantes até o momento. Os resultados apontam para uma variedade de processos que culminaram na formação dos Comitês em cada município. Em sete municípios os Comitês foram criados durante a 2ª oficina. Nestes casos, a votação ocorreu entre as entidades representativas presentes e indicação das Secretarias Municipais que deveriam compô-lo. Houve também um relato de que o Comitê Gestor foi formado durante a fase de seminários de sensibilização, anteriores às oficinas. Neste momento foi definido um “pré-Comitê”, o qual foi consolidado durante a 2ª oficina do Projeto Orla. Três municípios responderam que o Comitê foi institucionalizado através de ato normativo da prefeitura, através de lei municipal ou decreto do poder executivo.

Em relação à composição do Comitê, 11 (onze) entrevistados relataram paridade entre os setores da sociedade civil organizada e Secretarias Municipais. A única exceção é de um município que incluiu as Organizações Não-

Governamentais como um setor separado e o CG é constituído de um terço de cada um desses setores. Oito entrevistados relataram haver um sistema que possibilita uma maior participação da sociedade civil, propiciando às entidades representativas no Comitê Gestor elegerem um suplente com poder de voz nas reuniões.

Quando questionados se o Comitê Gestor está atuante no momento, sete responderam “Sim” e cinco responderam “Não” (Figura 27). Dentre os Comitês não atuantes, os entrevistados disseram que os mesmos se reuniram poucas vezes e não houve continuação dos trabalhos iniciados, desmobilizando os conselheiros participantes. No caso de PGIs mais recentes, o Comitê não está atuante, uma vez que o PGI ainda não foi aprovado pelas Coordenações Estadual e Nacional.

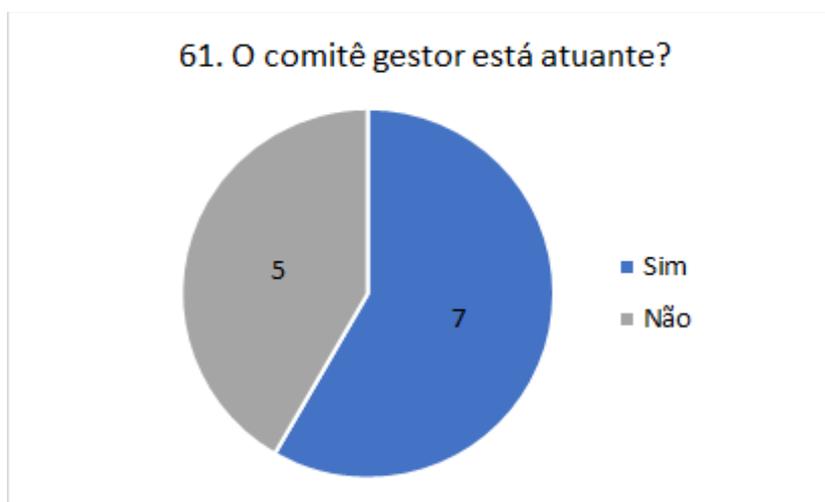


Figura 27.

#### Análise dos resultados

Os resultados demonstram que a maior parte dos municípios vem mantendo seus CGs ativos e se reunindo periodicamente para discutir assuntos pertinentes à gestão da orla. No entanto, em alguns casos analisados, o fato de o município não ter implementado as ações descritas no PGI e a baixa relevância do assunto na agenda da prefeitura acabou por desmobilizar os participantes do Comitê Gestor, levando o Projeto Orla a ser descreditado pela população em geral.

Conforme as respostas obtidas, uma alternativa possível para conceder maior ingerência ao Comitê Gestor sobre a implementação do PGI no município seria a de definir um fundo de verbas municipais a ser gerido pelo próprio Comitê Gestor, ainda que esta opção seja de operacionalização complexa. Outra possibilidade é que seja dada maior autonomia para o Comitê deliberar.

A maior parte dos municípios seguiram as diretrizes dos manuais do Projeto Orla, sendo o Comitê Gestor instituído durante a 2ª oficina, com votação entre as entidades representativas e a abertura da possibilidade de tornarem as entidades com menos votos como membros suplentes. Outra forma que os municípios utilizaram para articular esse colegiado desde o início do processo de elaboração do PGI foi formando um Comitê Gestor temporário para auxiliar na condução do processo e auxiliar a articular os setores a qual cada entidade representa.

## POTENCIALIDADES

- Comitês Gestores atuantes, mesmo após muitos anos decorridos da elaboração do PGI
- Paridade entre sociedade civil organizada e poder executivo municipal
- Comitê Gestores instituídos por atos normativos (leis e decretos)

## FRAGILIDADES

- Descontinuidade dos trabalhos por descontinuidade da implementação do PGI pelos atores responsáveis
- Falta de institucionalização do Comitê Gestor por parte da Prefeitura Municipal
- Enfraquecimento do papel do Comitê Gestor, tornando-o de caráter consultivo
- Ausência de linha orçamentária aprovada pela Câmara para as ações do PGI

### *Encaminhamentos*

1. Ressaltar a importância do Comitê Gestor para a continuidade do Projeto Orla no município;
2. Sugerir a maior autonomia dos Comitês Gestores no acompanhamento, fiscalização e deliberação acerca das ações do PGI;
3. Manter o sistema de votação durante as oficinas, atribuindo titulares e suplentes para cada um dos setores representados;
4. Ressaltar a formalização do Comitê Gestor e avaliar inserir no manual modelos de decreto e regimento interno;
5. Destacar no manual a relação Comitê Gestor e Comissão Municipal do Projeto Orla quanto ao que se sobrepõe e o que difere em cada órgão colegiado.

### *3.4. Tópico Legislação*

#### **3.4.1. Normatização e instrumentalização**

##### **Indicador “Normatização do PGI”**

##### *Descrição do resultado*

O objetivo deste indicador foi fazer um levantamento sobre a institucionalização do PGI por meio de algum instrumento legal pelo ente municipal. Buscou-se identificar se no PGI foram propostas ações inadequadas ou ilegais, além de identificar se conflitos judicializados nos quais o município está envolvido foram solucionados a partir da implementação do Projeto Orla.

Em relação à normatização do PGI, apenas quatro municípios tiveram seus PGIs institucionalizados (Figura 28). Entre eles, dois PGIs foram instituídos por lei e outros dois instituídos por decreto municipal. No entanto, em nenhum dos casos o

PGI foi incorporado ao Plano Diretor municipal.

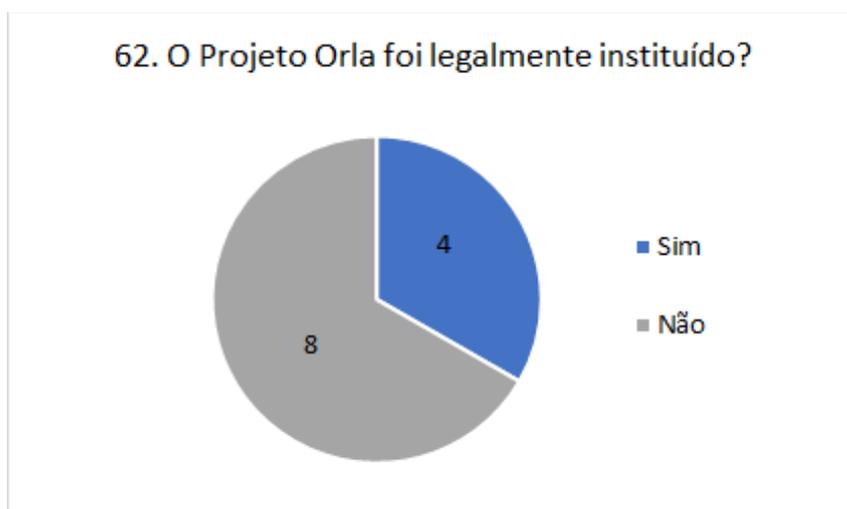


Figura 28.

Acerca das ações do PGI, apenas um entrevistado relatou haver uma ação inadequada do ponto de vista ambiental (Figura 29). Segundo ele, o plano de reurbanização da orla, previsto no PGI, teve seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) negado pelo órgão ambiental, pois o projeto não previa todos os impactos associados ao empreendimento.

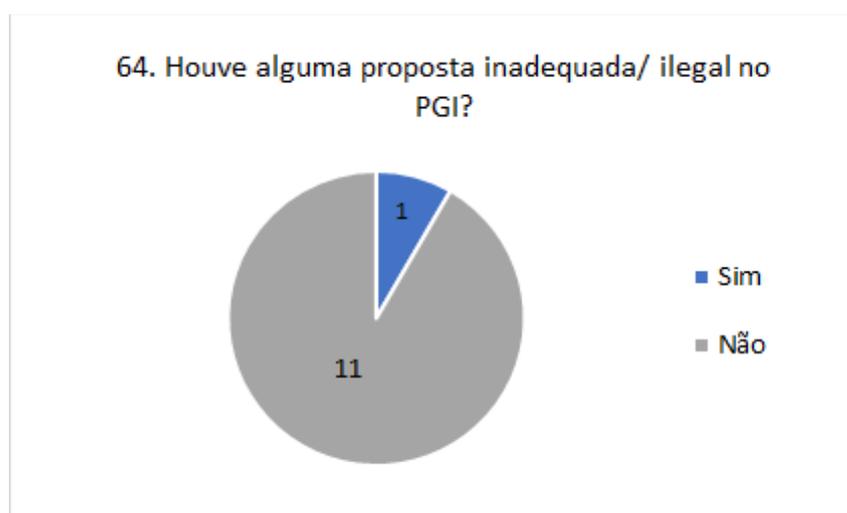


Figura 29.

Quando questionados se a implementação do Projeto Orla solucionou problemas jurídicos que o município enfrentava na época da adesão, oito responderam “Sim” e quatro responderam “Não” (Figura 30). No primeiro caso, judicializações relacionavam-se ao ordenamento de quiosques, alocados em área de preservação permanente (praia e restinga), além da construção de um trapiche, considerada irregular por estar em desacordo com a legislação patrimonial da União.

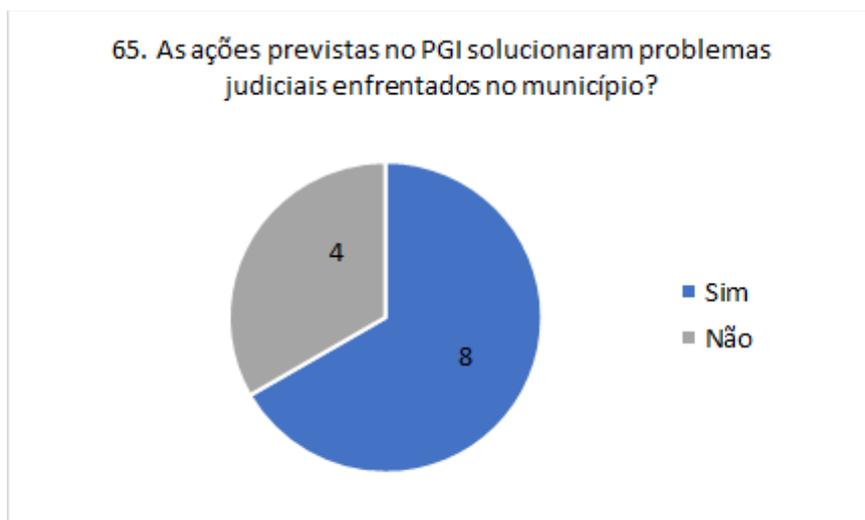


Figura 30.

### Análise dos resultados

A avaliação do indicador aponta para a necessidade de integração entre o PGI e o arcabouço legal vigente no município. Nesse sentido, é notável que apenas dois municípios tivessem seu PGI implementados a partir de uma lei específica, o que denota a fragilidade da articulação entre o poder executivo e o poder legislativo municipal. Tal fragilidade impacta negativamente no processo de implementação do Projeto Orla, o qual é uma iniciativa do poder executivo municipal e pode ter sua implementação aprimorada com a parceria das outras esferas do poder público. Este também pode ser um fator que aumenta a complexidade da integração dos PGIs (ou das ações previstas em seus nos Planos) de serem consideradas pelos Planos Diretores Municipais ou outros instrumentos de ordenamento territorial, como Código de Posturas, etc.

Cabe ressaltar que a maior parte dos entrevistados relatou que as ações previstas não foram consideradas ilegais ou inadequadas, com exceção do supracitado projeto de reurbanização que inviabilizado por questões ambientais. Esse fato denota baixa integração com os órgãos ambientais durante as oficinas, onde as ações foram definidas.

É relevante destacar que a maioria dos entrevistados tiveram conflitos judicializados relacionados à orla marítima que foram resolvidos através das ações previstas no PGI. Esse fato deve ser ressaltado ao se divulgar as iniciativas de Projeto Orla no Brasil.

#### POTENCIALIDADES

- Poucas ações consideradas inadequadas nos PGIs
- Possibilidade de solucionar problemas jurídicos enfrentados pelo município

#### FRAGILIDADES

- Baixo nível de normatização dos PGIs elaborados
- Falta de participação do poder legislativo no processo

## Encaminhamentos

1. Destacar a importância da participação do poder legislativo durante o processo de elaboração e implementação do PGI;
2. Incentivar os municípios a realizar a normatização o PGI assim que for aprovado, por meio de lei ou decreto municipal;
3. Apresentar considerações ou exemplos sobre ações que são ou não matéria de lei;
4. Discorrer sobre a relação entre Plano Diretor e PGI;
5. Ressaltar os benefícios de uma gestão de praias adequadas, promovendo a resolução de conflitos judiciais que o município esteja enfrentando.

## Considerações Finais

A utilização de um conjunto de dados oriundos de entrevistas com atores-chave no processo do Projeto Orla em diversos municípios brasileiros e a aplicação dos indicadores a este conjunto de dados se mostrou relevante na descrição das principais fragilidades e potencialidades do Projeto Orla no âmbito municipal. Deve-se destacar que estes resultados expressam a visão específica destes atores, o que nem sempre pode corresponder a totalidade e, principalmente, à complexidade das questões analisadas.

O método empregado permitiu avaliar diferentes aspectos deste instrumento do gerenciamento costeiro, sendo possível abordar tópicos metodológicos, processuais, institucionais, de governança e legais. Foi possível identificar semelhanças e diferenças em como o processo de elaboração e implementação dos PGIs se desenrolou em contextos municipais distintos.

Diversos temas levantados e analisados com base nas entrevistas possuem um desdobramento lógico que remetem a outras questões pertinentes ao escopo do Projeto Orla, mas que, mesmo com tal relevância, não foram discutidas em profundidade em função dos objetivos deste relatório. Isto não significa que tais questões não devam passar por um debate aprofundado no âmbito da revisão conceitual e metodológica do Projeto Orla. Algumas destas questões são destacadas abaixo como forma de indicação para "discussões futuras".

Relações complexas entre o nível de implementação do PGIs em municípios que indicaram ter CG atuante não foram abordadas, mas carecem de melhor compreensão.

Um dos tópicos que rotineiramente vem a tona quando se trata do Projeto Orla é a questão das fontes de recursos. Cabe ressaltar que, com o TAGP, o Município tem dois instrumentos de destinação que podem ser onerosos, Permissão de Uso e Cessão de Uso. Neste caso, a forma de destinação do recurso é determinada pela Câmara dos Vereadores, sendo por isso tão importante a sua participação na aprovação de regulamentos e normas que afetem a gestão da orla.

Alguns aspectos relevantes sobre a revisão do processo também foram apontados pelas entrevistas, mas precisam de maior aprofundamento. Um exemplo é a questão metodológica para a revisão do PGI.

A participação social durante o processo também se destaca nesse hall de tópicos a serem aprofundados. As razões para que não fossem realizadas audiências públicas em alguns municípios precisam ser investigadas para que se possa minimizar tal situação em situações futuras.

Ainda que, em linhas gerais, esta discussão necessite ser aprofundada, o presente documento reflete um panorama específico de um conjunto de atores sociais considerados relevantes e se constitui em uma importante linha de avaliação do Projeto Orla: àquela sob a ótica dos gestores municipais de diferentes regiões do

Brasil, sendo imperativo que essas informações sejam consideradas na revisão conceitual e metodológica do Projeto Orla.

## Referências

Biernarcki, P.; Waldorf, D. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research**, 10(2), 141-163, 1981.

Goodman, L.A., 1961. **Snowball sampling**. The annals of mathematical statistics, pp.148-170.

Gürel, E. and Tat, M., 2017. SWOT analysis: a theoretical review. **Journal of International Social Research**, 10(51).

Helms, M.M. and Nixon, J., 2010. Exploring SWOT analysis—where are we now?. **Journal of strategy and management**.

IOC – Intergovernmental Oceanographic Commission. **A Handbook for Measuring the Progress and Outcomes of Integrated Coastal and Ocean Management**. IOC Manuals and Guides, 46; ICAM Dossier , 2. Paris: UNESCO. 2006.

Nicolodi, J.L., Asmus, M., Turra, A. and Polette, M., 2018. Avaliação dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos Costeiros (ZEEC) do Brasil: proposta metodológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 44.

## **ANEXO I**

*Perguntas elencadas pela equipe do projeto e NUGEP/SPU, durante reunião realizada em 03 de julho de 2019*

Perguntas elencadas pela equipe do projeto e NUGEP/SPU, durante reunião realizada em 03 de julho de 2019.

- Como foi a relação do município com a CTE?
- Como foi a relação do município com a SPU?
- Qual foi o papel da SPU e do MMA durante este processo?
- O município recebe royalties de petróleo? Se sim, ele é utilizado para ações do PGI? Qual o volume aplicado nestas ações?
- O município aplica os recursos de receitas patrimoniais da União nas ações do PGI?
- Como foi a relação do município com o instrutor?
- Como foi a atuação das secretarias municipais envolvidas durante a elaboração do PGI?
- Por que o município aderiu ao P.O?
- Foi feito um TR para a contratação do instrutor? Ele especifica as atividades que o instrutor deve ficar responsável?
- Quanto o município pagou ao instrutor para elaboração do PGI?
- O município forneceu os subsídios necessários para a participação dos atores nas oficinas? (transporte, alimentação,...)
- Quais são as secretarias municipais que se envolveram durante o processo?
- O P.O. se transformou em lei?
- Se foi transformado em lei, qual o controle que é exercido?
- O PGI foi incorporado ao Plano Diretor Municipal de alguma forma?
- Houve alguma proposta inadequada/ ilegal no PGI?
- Existe relação entre PGI e o Plano de Manejo das UCs?
- As ações previstas no PGI solucionou problemas judiciais enfrentados no município?
- Qual é/ foi a efetividade do P.O. no município?
- Quais os resultados do P.O. no município?
- Qual é a percepção acerca do P.O.?
- Quais foram os principais empecilhos durante o processo de elaboração?

- Quais foram os meios de comunicação utilizados para convidar os atores para as oficinas?
- Como foi feita a mobilização dos diferentes atores durante o processo?
- Como foi criado o Comitê Gestor?
- Qual é a composição do Comitê Gestor?
- Houve a representação dos diversos setores interessados durante a oficina?

Quais entidades participaram das oficinas? (OEMA, entes federais, Marinha, etc)

## **ANEXO II**

*Questionário de entrevistas aplicado à gestores municipais entrevistados*

## Questionário de entrevistas aplicado à gestores municipais entrevistados

### Questionário de entrevistas – PREFEITURAS

**Entrevistado:**

**Data:**

#### **CATEGORIA: MANUAIS**

##### **Indicador: Orientações dos manuais**

1. As orientações acerca dos procedimentos que deveriam ser adotados antes das oficinas foram claras?
  - a. Sim
  - b. Não
  
2. As orientações acerca dos procedimentos que deveriam ser adotados durante a realização das oficinas foram claras?
  - a. Sim
  - b. Não
  
3. Durante o processo de elaboração do PGI, como você avalia a facilidade de atender às orientações dos manuais?
  - a. Baixa
  - b. Média
  - c. Alta

##### **Indicador: Conteúdo**

4. Os fundamentos e as razões para implementar o Projeto Orla são claramente explicitados pelos manuais?
  - a. Sim
  - b. Não
  
5. Na sua opinião, quais foram os conteúdos que faltaram ou poderiam ser melhor abordado nos manuais?

Resposta:

6. O instrutor do projeto compreendia todos os conceitos relacionados aos manuais?
  - a. Sim
  - b. Não

#### **CATEGORIA: ELABORAÇÃO DO PGI**

##### **Indicador: Prazos**

Prazos decorridos entre:

7. Adesão e 1ª oficina: 2010

8. Duração 1ª oficina:
9. Entre 1ª e 2ª oficina:
10. Duração 2ª oficina:
11. Entre a 2ª oficina e a submissão à CTE:

**Indicador: Base de Informações**

12. O município, na época da elaboração do PGI, possuía uma base de dados consolidada que deu apoio ao diagnóstico?
  - a. Sim
  - b. Não
13. Qual o nível de dificuldade encontrado durante o processo de compilação dos documentos para o diagnóstico?
  - a. Baixo
  - b. Médio
  - c. Alto

**CATEGORIA: APROVAÇÃO DO PGI**

**Indicador: Aprovação CTE (\*)**

14. Como se deu o processo de submissão do PGI para a CTE?  
Resposta:

15. Quanto tempo a CTE demorou para avaliar o PGI elaborado?  
Resposta:

16. A CTE solicitou alterações significativas no documento?
  - a. Sim
  - b. Não

17. Em quanto tempo o município deu a resposta às alterações propostas pela CTE?  
Resposta:

**Indicador: Audiência Pública (\*)**

18. O município realizou audiência (s) pública (s) para aprovar o produto final do PGI?
  - a. Sim
  - b. Não
19. Qual o nível de participação dos atores nas audiências públicas?
  - a. Baixo
  - b. Médio
  - c. Alto
20. O PGI sofreu alguma alteração significativa após a audiência pública?
  - a. Sim
  - b. Não

## **CATEGORIA: IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E REVISÃO**

### **Indicador: Intervenções e implementação do PGI (\*)**

21. Houve alguma priorização das ações previstas no PGI?

- a. Sim
- b. Não

22. Das ações previstas pelo PGI, quantas foram implementadas pelo município?

Resposta:

23. Houve algum acontecimento (p ex. eventos extremos que causou danos a praia/orla) que o comitê gestor teve que tomar alguma providência?

- a. Sim
- b. Não

### **Indicador: Monitoramento (\*)**

24. Foram estabelecidos indicadores para avaliar a implementação do PGI?

- a. Sim
- b. Não

25. Se sim, como são medidos? Com que frequência?

Resposta:

26. O município já foi autuado pelo não cumprimento de alguma ação prevista pelo PGI?

- a. Sim
- b. Não

### **Indicador: Revisão (\*)**

27. Durante o processo de elaboração do PGI, foi definido um prazo para a revisão do mesmo?

- a. Sim
- b. Não

28. Qual a periodicidade da revisão?

Resposta:

29. O PGI foi já revisado?

- a. Sim
- b. Não

30. Se o PGI foi revisado qual a metodologia utilizada?

Resposta:

31. A revisão alterou significativamente o PGI previamente elaborado?

- a. Sim

- b. Não
- c. Não se aplica

## **CATEGORIA: RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FINANCEIROS**

### **Indicador: Equipe Técnica**

32. Qual o número e perfil (servidores efetivos, temporários, consultores, etc.) dos membros da equipe responsável pela condução do Projeto Orla?

Resposta:

33. Na sua opinião, a equipe disponível foi suficiente para a elaboração e implementação do PGI?

Resposta:

### **Indicador: Recursos Financeiros**

34. O município aplica os recursos de receitas patrimoniais da União nas ações do PGI?

- a. Sim
- b. Não

35. O município utilizou recursos próprios para a elaboração do PGI?

- a. Sim
- b. Não

36. O município utiliza recursos próprios para a implementação das ações previstas no PGI?

- a. Sim
- b. Não

### **Indicador: Instrutor**

37. Para quais atividades o instrutor foi contratado?

Resposta:

38. Foi feito um Termo de Referência para a contratação do instrutor?

- a. Sim
- b. Não

39. Quanto tempo decorreu desde a contratação do instrutor até a entrega dos produtos finais previstos?

Resposta:

## **CATEGORIA: ASPECTOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS**

### **Indicador: Articulação Interna**

40. Quais são as secretarias municipais que se envolveram durante o processo de elaboração?

Resposta:

41. Qual foi o critério utilizado para a escolha de representantes na comissão?

Resposta:

42. Como foi o envolvimento das secretarias municipais envolvidas durante a elaboração do PGI?

- a. Baixo
- b. Razoável
- c. Alto

### **Indicador: Motivações**

43. Por que o município aderiu ao Projeto Orla?

Resposta:

44. Quais foram os critérios de escolha das praias a serem incluídas no Projeto Orla?

Resposta:

45. Qual o benefício o município vê ao aderir ao Projeto Orla?

Resposta:

### **Indicador: Articulação com outras esferas do poder público**

46. Como foi a relação do município com a CTE?

- a. Ruim
- b. Razoável
- c. Boa

50. Como foi a relação do município com a SPU?

- a. Ruim
- b. Razoável
- c. Boa

51. Como foi a relação do município com o instrutor?

- a. Ruim
- b. Razoável
- c. Boa

52. Qual foi o papel da SPU e do MMA durante este processo?

Resposta:

53. Qual (is) outro (s) órgão(s) federal (is) e/ou estadual participaram do processo?

Resposta:

## **CATEGORIA: GOVERNANÇA**

### **Indicador: Governança e Participação Social**

54. Como foi feita a mobilização dos diferentes atores durante o processo?

Resposta:

55. Quais foram os meios de comunicação utilizados para convidar os atores para as oficinas?

Resposta:

56. Na sua opinião, qual o grau de representatividade dos diversos setores interessados durante a oficina?

- a. Baixo
- b. Médio
- c. Alto

57. Quais entidades participaram das oficinas? (OEMA, entes federais, Marinha, etc)

Resposta:

58. O município forneceu os subsídios necessários para a participação dos atores nas oficinas? (transporte, alimentação,...)

- a. Sim
- b. Não

59. (\*) Como foi criado o Comitê Gestor?

Resposta:

60. (\*) Qual é a composição do Comitê Gestor?

Resposta:

61. (\*) O comitê gestor está atuante?

- a. Sim
- b. Não

## **CATEGORIA: NORMATIZAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO**

### **Indicador: Normatização do PGI**

62. O Projeto Orla se transformou em lei?

- a. Sim
- b. Não

63. (\*) Se foi transformado em lei, qual o controle exercido?

Resposta:

64. Houve alguma proposta inadequada/ ilegal no PGI?

- a. Sim
- b. Não

65. As ações previstas no PGI solucionaram problemas judiciais enfrentados no município?

- a. Sim
- b. Não

**Indicador: Articulação com demais políticas municipais e seus instrumentos**

66. O PGI foi incorporado ao Plano Diretor Municipal?

- a. Sim
- b. Não

67. O PGI foi base para a criação de alguma lei?

- a. Sim
- b. Não

68. Existe relação entre PGI e o Plano de Manejo das UCs?

- a. Sim
- b. Não

69. Quais ações previstas no PGI foram embasadas em outras políticas/planos já existentes no município? (ex. saneamento, educação ambiental, turismo, etc.)

Resposta:

70. Quais outras políticas do município foram articuladas às ações previstas no PGI?

Resposta:

## **ANEXO III**

*Resultados das entrevistas*

## Resultados das entrevistas

Diretrizes	<b>1.As orientações acerca dos procedimentos que deveriam ser adotados antes das oficinas foram dadas?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		<b>Observações</b>
	Cabedelo	1			
	Balneário Camboriú	1			
	Florianópolis	1			
	Olinda	1			
	Porto Belo	1			
	Niterói	1			
	Itajaí	1			
	Guarujá	1			
	Fortaleza	1			
	Lucena	1			
	Vitória	1			
	Campos dos Goytacazes	1			
	<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>0</b>		
	<b>2. As orientações acerca dos procedimentos que deveriam ser adotados durante a realização das oficinas foram claras?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		<b>Observações</b>
	Cabedelo	1			
	Balneário Camboriú	1			
					A visita a campo poderia ser subsidiada com materiais/dados pré-selecionados pela equipe da prefeitura, a fim de agilizar o processo
	Florianópolis	1			
	Olinda	1			
	Porto Belo	1			
	Niterói	1			
	Itajaí	1			
	Guarujá	1			
	Fortaleza	1			
	Lucena	1			
	Vitória	1			
	Campos dos Goytacazes	1			
	<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>0</b>		
	<b>3.Durante o processo de elaboração do PGI, como você avalia a facilidade de atender às orientações dos manuais?</b>	<b>Baixa</b>	<b>Média</b>	<b>Alta</b>	
Cabedelo			1		
Balneário Camboriú	1				Quadro dos problemas não foi plausível de fazer durante o processo, pois havia muitos participantes – sugerir forma mais sucinta para preenchimento
Florianópolis	1				Zoneamento náutico não faz parte da metodologia
Olinda			1		
Porto Belo			1		
Niterói			1		
					Os prazos estabelecidos para a realização das oficinas não foram possíveis de ser atendidos
Itajaí		1			
Guarujá		1			
Fortaleza		1			
Lucena			1		
Vitória		1			
Campos dos Goytacazes			1		Processos são engessados e precisaram ser adaptados para o contexto local
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>6</b>		

Conteúdo	4. Os fundamentos e as razões para implementar o Projeto Orla são claramente explicitados pelos manuais?	Sim	Não		Observações
	Cabedelo		1		
	Balneário Camboriú		1		
	Florianópolis		1		
	Olinda		1		
	Porto Belo		1		
	Niterói		1		
	Itajaí		1		
	Guarujá		1		
	Fortaleza		1		
	Lucena		1		
	Vitória		1		
	Campos dos Goytacazes		1		
	<b>Total</b>		<b>12</b>	<b>0</b>	
	<b>5. Na sua opinião, quais foram os conteúdos que faltaram ou poderiam ser melhor abordado nos manuais?</b>	<b>Resposta</b>			
Cabedelo	Novas leis, instrumentos de destinação (capítulo à parte), como é feita a gestão COMPARTILHADA, UCs, áreas urbanas, litígios jurídicos				
Balneário Camboriú	Não tem sugestão de melhorias				
Florianópolis	Poderia haver uma "versão executiva" dos manuais, tomando o material mais acessível no dia a dia do servidor da prefeitura				
Olinda	Não se lembra				
Porto Belo	As tabelas são confusas e as orientações de cenários não são claras				
Niterói	Material de informação prévia para sensibilizar prefeituras e demais atores				
Itajaí	Não se lembra				
Guarujá	Não se lembra				
Fortaleza	Metodologia para revisão				
Lucena	Material com linguagem mais acessível para pessoas que estão participando do processo				
Vitória	Não se lembra				
Campos dos Goytacazes	Articulação das instituições que fiscalizam e acompanham a implementação do PGI				
	<b>6. O instrutor do projeto compreendia todos os conceitos relacionados aos manuais? (transferida para o indicador de instrutores)</b>	Sim	Não		Observações
Cabedelo		1			
Balneário Camboriú		1			Acredita que o instrutor poderia ter melhor domínio sobre o processo de participação
Florianópolis		1			
Olinda		1			
Porto Belo			1		
Niterói		1			
Itajaí			1		O formato do documento preliminar do PGI não estava de acordo com o que era proposto nos manuais
Guarujá		1			
Fortaleza		1			
Lucena		1			
Vitória			1		O instrutor não soube contextualizar os participantes sobre a realidade local
Campos dos Goytacazes		1			
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>3</b>		

	<b>Prazos decorridos entre:</b>	<b>Resposta</b>	
<b>SPDA</b>	<b>7. Adesão e 1ª oficina:</b>		
	Cabedelo	0 processo todo de elaboração levou entre 2003 e 2007 (mais de 3 anos)	
	Balneário Camboriú	18 meses	
	Florianópolis	Quase 1 ano	
	Olinda	Não soube responder	
	Porto Belo	Não soube responder	
	Niterói	Não soube responder	
	Itajaí	Mais de 10 anos (1o documento datava de 2001)	
	Guarujá	Não soube responder	
	Fortaleza	Não soube responder	
	Lucena	2 meses	
	Vitória	Não soube responder	
	Campos dos Goytacazes	Não soube responder	
	<b>8. Duração 1ª oficina:</b>		
	Cabedelo	Não participou das oficinas	
	Balneário Camboriú	9 dias	
	Florianópolis	12 dias	
	Olinda	Não soube responder	
	Porto Belo	Não soube responder	
	Niterói	Não soube responder	
	Itajaí	Não soube responder	
	Guarujá	Não soube responder	
	Fortaleza	Não soube responder	
	Lucena	2 semanas	
	Vitória	Não soube responder	
	Campos dos Goytacazes	Não soube responder	
	<b>9. Entre 1ª e 2ª oficina:</b>		
	Cabedelo	Não participou das oficinas	
	Balneário Camboriú	1 mês	
	Florianópolis	Não se lembra	
	Olinda	Não soube responder	
	Porto Belo	Não soube responder	
	Niterói	Não soube responder	
	Itajaí	Não soube responder	
Guarujá	Não soube responder		
Fortaleza	Não soube responder		
Lucena	Poucos meses		
Vitória	Não soube responder		
Campos dos Goytacazes	Não soube responder		
<b>10. Duração 2ª oficina:</b>			
Cabedelo	Não participou das oficinas		
Balneário Camboriú	3 dias		
Florianópolis	15 dias		
Olinda	Não soube responder		
Porto Belo	Não soube responder		
Niterói	Não soube responder		
Itajaí	Não soube responder		
Guarujá	Não soube responder		
Fortaleza	Não soube responder		
Lucena	1 semana		
Vitória	Não soube responder		
Campos dos Goytacazes	Não soube responder		
<b>11. Entre a 2ª oficina e a submissão à CTE:</b>			
Cabedelo	0 processo todo de elaboração levou entre 2003 e 2007 (mais de 3 anos)		
Balneário Camboriú	Mais de 5 meses (em processo de submissão)		
Florianópolis	Não soube responder		
Olinda	Não soube responder		
Porto Belo	2 meses		
Niterói	Não soube responder		
Itajaí	Não soube responder		
Guarujá	Não soube responder		
Fortaleza	Não soube responder		
Lucena	Não soube responder		
Vitória	Não soube responder		
Campos dos Goytacazes	Não soube responder		

	12.O município, na época da elaboração do PGI, possuía uma base de dados consolidada que deu apoio ao diagnóstico?					Observações
	Sim	Não				
Municípios	Cabedelo			1		
	Balneário Camboriú	1				Utilizou muitas informações do PGI anterior, diagnóstico do plano de manejo da APA, caracterização socioambiental do município, entre outros
	Florianópolis	1				
	Olinda	1				
	Porto Belo	1				
	Niterói		1			
	Itajaí	1				
	Guarujá	1				
	Fortaleza	1				Município já tinha PGI elaborado em 2006, no qual foi composto uma base de dados
	Lucena			1		Município pequeno e sem estrutura nas secretarias. Informações estavam muito dispersas
	Vitória	1				
	Campos dos Goytacazes			1		
	Total	8	4			
		13.Qual o nível de dificuldade encontrado durante o processo de compilação dos documentos para o diagnóstico?		Baixo	Médio	Alto
Municípios	Cabedelo			1		
	Balneário Camboriú			1		Omunicípio não tinha mapeamento patrimonial e teve que solicitar à SPU
	Florianópolis				1	As informações necessárias para o diagnóstico estavam pulverizadas dentro das diversas secretarias da prefeitura
	Olinda	1				
	Porto Belo			1		
	Niterói					Não soube responder
	Itajaí			1		
	Guarujá	1				
	Fortaleza	1				
	Lucena				1	As informações necessárias para o diagnóstico estavam pulverizadas dentro das diversas secretarias da prefeitura
	Vitória		1			Centralização das informações foi feita na secretaria de gestão e planejamento
	Campos dos Goytacazes				1	Foram feitas diversas visitas à campo para auxiliar o diagnóstico
	Total	4	4	3		

<b>14. Como se deu o processo de submissão do PGI para a CTE?</b>		<b>Resposta</b>			
Cabe de lo		O estado não possuía CTE			
Balneário Camboriú		Ainda não foi submetido para a CTE			
Florianópolis		Os dois setores onde os PGIs foram concluídos, foram encaminhados à CTE em 2015 (a mais de 4 anos) e ainda não obtiveram resposta			
Olinda		Não soube responder, pois saiu do cargo antes de o PGI ser submetido.			
Porto Belo		O documento preliminar foi submetido logo após a finalização da 2ª oficina.			
Niterói		O documento preliminar foi submetido logo após a finalização da 2ª oficina.			
Itajaí		O documento preliminar foi submetido logo após a finalização da 2ª oficina.			
Guarujá		Após a finalização do PGI, foi submetido à câmara de Gerenciamento Costeiro do Estado, visto que SP não possui CTE			
Fortaleza		A CTE acompanhou todo o processo e foi aprovado em menos de 2 meses após a submissão. Porém, aguarda aprovação da Comissão Nacional desde março/2019 (12 meses)			
Luce na		O processo de submissão foi rápido pois o comitê participou de todo o processo de elaboração			
Vitória		O PGI está sendo submetido à CTE			
Campos dos Goytacaze s		O documento preliminar foi submetido logo após a finalização da 2ª oficina.			
<b>15. Quanto tempo a CTE demorou para avaliar o PGI elaborado?</b>		<b>Resposta</b>			
Cabe de lo		Não se aplica			
Balneário Camboriú		Não se aplica			
Florianópolis		Mais de 4 anos sem resposta			
Olinda		Não se aplica			
Porto Belo		6-7 anos aguardando revisão			
Niterói		Não se aplica			
Itajaí		7 anos (2011-2018)			
Guarujá		Poucos meses (2-3 meses)			
Fortaleza		2 meses			
Luce na		Rápido (menos de 1 mês)			
Vitória		Não se aplica			
Campos dos Goytacaze s		Poucos meses (2-3 meses)			
<b>16. A CTE solicitou alterações significativas no documento?</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>N/A</b>	<b>Observações</b>
Cabe de lo				1	
Balneário Camboriú				1	
Florianópolis			1		
Olinda			1		
Porto Belo		1			
Niterói			1		
Itajaí		1			
Guarujá			1		
Fortaleza			1		
Luce na			1		
Vitória				1	
Campos dos Goytacaze s			1		
<b>Total</b>		<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	
O documento não estava no formato adequado solicitado pela CTE					
<b>17. Em quanto tempo o município deu a resposta às alterações propostas pela CTE?</b>		<b>Resposta</b>			
Cabe de lo		Não se aplica			
Balneário Camboriú		Não se aplica			
Florianópolis		Ainda não houve retomo da CTE			
Olinda		Não se aplica			
Porto Belo		Ainda está em processo de revisão			
Niterói		Não se aplica			
Itajaí		Alguns meses depois, mas o instrutor não assumiu as alterações no formato que foram solicitadas			
Guarujá		Não se lembra			
Fortaleza		As adequações ocorreram durante o processo de elaboração do PGI, antes da submissão à CTE			
Luce na		Não foram solicitadas modificações significativas			
Vitória		Não se aplica			
Campos dos Goytacaze s		Poucos meses (2-3 meses)			

Propostas CTE

Academia Urbana	18.O município realizou audiência (s) pública (s) para aprovar o produto final do PGI?		Sim	Não	Observações	
	Cabedelo	1				2 anos após a elaboração do PGI
	Balneário Camboriú		1			Fez uma prévia antes da submissão para a CTE
	Florianópolis		1			
	Olinda	1				
	Porto Belo		1			
	Niterói		1			
	Itajaí		1			
	Guarujá	1				
	Fortaleza	1				
	Lucena	1				
	Vitória		1			
	Campos dos Goytacazes	1				
Total	6	6				
19.Qual o nível de participação dos atores nas audiências públicas?		Baixo	Médio	Alto	N/A	Observações
Cabedelo			1			
Balneário Camboriú				1		
Florianópolis					1	
Olinda				1		
Porto Belo					1	
Niterói					1	
Itajaí					1	
Guarujá		1				
Fortaleza			1			
Lucena					1	
Vitória					1	
Campos dos Goytacazes				1		
Total	0	2	4	6		
20.O PGI sofreu alguma alteração significativa após a audiência pública?		Sim	Não	N/A	Observações	
Cabedelo			1			
Balneário Camboriú			1			
Florianópolis				1		
Olinda			1			
Porto Belo				1		
Niterói				1		
Itajaí				1		
Guarujá		1				
Fortaleza		1				
Lucena		1				
Vitória				1		
Campos dos Goytacazes			1			
Total	0	7	5			

Intervenções e implementação do PGI	<b>21. Houve alguma priorização das ações previstas no PGI?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		<b>Observações</b>
	Cabedelo	1			
	Balneário Camboriú		1		
	Florianópolis		1		A metodologia não prevê, mas a prefeitura está colocando como prioridade as ações previstas pelo PGI
	Olinda	1			
	Porto Belo	1			
	Niterói		1		
	Itajaí	1			
	Guarujá		1		
	Fortaleza	1			
	Lucena		1		
	Vitória	1			Foram classificadas entre as ações propostas
	Campos dos Goytacazes		1		
	<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>		
	<b>22. Das ações previstas pelo PGI, quantas foram implementadas pelo município?</b>	<b>Resposta</b>			
	Cabedelo	Urbanização de uma área cedi da pela SPU			
	Balneário Camboriú	PGI ainda está em fase de aprovação, mas engordamento da praia central está elencado no PGI			
	Florianópolis	Acesso à orla e engordamento da praia de Canasvieiras			
	Olinda	Não soube responder, pois não ocupa mais o cargo			
	Porto Belo	Não soube responder			
	Niterói	Nenhuma			
	Itajaí	O PGI foi aprovado recentemente, mas as ações previstas foram norteadoras para a atuação da prefeitura			
	Guarujá	Nenhuma			
	Fortaleza	Não soube responder			
	Lucena	Sensibilização dos atores locais no cuidado à praia, mobilização atores setoriais (colônia de pesca), campanhas de limpeza de praia			
	Vitória	Ainda não foi implementada nenhuma ação, pois o PGI foi finalizado há poucos meses e aguarda aprovação da CTE			
Campos dos Goytacazes	Nenhuma				
<b>23. REMOVIDA</b>					
<b>24. Houve algum acontecimento (p ex. eventos extremos que causou danos a praia/orla) que o comitê gestor teve que tomar alguma providência? (transferido para indicador 18 - Comitê Gestor)</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		<b>Observações</b>	
Cabedelo	1			Projeto do Parque do Jacaré/ orla estuarina)	
Balneário Camboriú		1			
Florianópolis		1			
Olinda		1			
Porto Belo	1				
Niterói		1			
Itajaí		1			
Guarujá		1			
Fortaleza		1			
Lucena		1			
Vitória		1			
Campos dos Goytacazes		1			
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>10</b>			

Monitoramento	<b>25. Foram estabelecidos indicadores para avaliar a implementação do PGI?</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>		<b>Observações</b>	
	Cabedelo			1			
	Balneário Camboriú			1		Somente estabelecidos prazos para a elaboração, com seus respectivos responsáveis	
	Florianópolis			1			
	Olinda			1			
	Porto Belo			1			
	Niterói			1			
	Itajaí			1			
	Guarujá			1			
	Fortaleza			1			
	Lucena			1			
							Somente estabelecidos prazos para a elaboração, com seus respectivos responsáveis
	Vitória			1			
	Campos dos Goytacazes			1			
	<b>Total</b>		0	12			
	<b>26. Se sim, como são medidos? Com que frequência?</b>		<b>Resposta</b>				
	Cabedelo		Não se aplica				
	Balneário Camboriú		Não se aplica				
	Florianópolis		Não se aplica				
	Olinda		Não se aplica				
	Porto Belo		Não se aplica				
	Niterói		Não se aplica				
	Itajaí		Não se aplica				
	Guarujá		Não se aplica				
	Fortaleza		Não se aplica				
Lucena		Não se aplica					
Vitória		Foram estabelecidos prazos para a conclusão de cada ação prevista no PGI					
Campos dos Goytacazes		Não se aplica					
<b>27. O município já foi autuado pelo não cumprimento de alguma ação prevista pelo PGI? (transferido para indicador 8 - implementação do PGI)</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>			<b>Observações</b>	
Cabedelo				1			
Balneário Camboriú				1			
Florianópolis				1			
Olinda				1			
Porto Belo				1			
Niterói				1			
Itajaí				1			
Guarujá		1				Retirada de quiosques que tinha sido definido	
Fortaleza							
Lucena				1			
Vitória				1			
Campos dos Goytacazes				1			
<b>Total</b>			1	10			

28. Durante o processo de elaboração do PGI, foi definido um prazo para a revisão do mesmo?	Sim	Não			Observações
Cabedelo		1			
Balneário Camboriú		1			
Florianópolis		1			
Olinda	1				
Porto Belo		1			
Niterói		1			
Itajaí	1				
Guarujá		1			
Fortaleza		1			
Luce na	1				
Vitória		1			
Campos dos Goytacazes	1				
Total	4	8			
29. Qual a periodicidade da revisão?	Resposta				
Cabedelo	Não se aplica				
Balneário Camboriú	Não se aplica				
Florianópolis	Não se aplica				
Olinda	5 anos				
Porto Belo	Não se aplica				
Niterói	Não se aplica				
Itajaí	4 anos				
Guarujá	Não se aplica				
Fortaleza	8 anos				
Luce na	5 anos				
Vitória	Não se aplica				
Campos dos Goytacazes	5 anos				
30. O PGI foi já revisado?	Sim	Não	N/A		Observações
Cabedelo			1		
Balneário Camboriú			1		
Florianópolis			1		
Olinda			1		
Porto Belo	1				
Niterói		1			
Itajaí		1			
Guarujá		1			
Fortaleza	1				
Luce na	1				
Vitória		1			
Campos dos Goytacazes		1			
Total	3	9	0		A primeira revisão ainda não foi totalmente aprovada
31. Se o PGI foi revisado qual a metodologia utilizada?	Resposta				
Cabedelo	Não se aplica				
Balneário Camboriú	Não se aplica				
Florianópolis	Não se aplica				
Olinda	Não se aplica				
Porto Belo	Está sendo revisado para atender parecer técnico da CTE				
Niterói	Não se aplica				
Itajaí	Não se aplica				
Guarujá	Não se aplica				
Fortaleza	Árvore do desafio – Metodologia que pede ao participante para listar os principais desafios de cada trecho da orla e quais são as propostas para solucionar esses desafios. Relacionou-se as temáticas abordadas durante a dinâmica com as temáticas da 1ª versão do PGI (2006) para entenderse e elas se repetiam.				
Luce na	Mesmo processo de elaboração feito na 1ª versão				
Vitória	Não se aplica				
Campos dos Goytacazes	Não se aplica				
32. A revisão alterou significativamente o PGI previamente elaborado?	Sim	Não	Não se apl		Observações
Cabedelo			1		
Balneário Camboriú			1		O município já havia realizado um PGI anteriormente, mas foi invalidado pela SPU, pois não houve participação social suficiente
Florianópolis			1		
Olinda			1		
Porto Belo		1			
Niterói			1		
Itajaí			1		
Guarujá			1		
Fortaleza		1			
Luce na	1				
Vitória			1		
Campos dos Goytacazes			1		
Total	1	2	9		

Equipe Técnica	<b>33. Qual o número e perfil dos membros da equipe responsável pela condução do Projeto Orla?</b>	<b>Resposta</b>			
	Cabedelo	Não estava na prefeitura à época da elaboração			
	Balneário Camboriú	3 da secretaria do meio ambiente (secretária e 2 efetivos), representante do turismo, planejamento (efetivo), fundação de esporte			
	Florianópolis	Atualmente, o corpo técnico do órgão de planejamento urbano (IPUF) considera o PGI elaborado para fiscalização e planejamento nas praias em que o processo foi finalizado			
	Olinda	Não há equipe exclusiva para a implementação do PGI			
	Porto Belo	Não há equipe exclusiva para a implementação do PGI			
	Niterói	Não há equipe exclusiva para a implementação do PGI			
	Itajaí	3 servidores			
	Guarujá	Somente uma pessoa			
	Fortaleza				
	Lucena	Somente uma pessoa			
	Vitória	Somente uma pessoa			
	Campos dos Goytacazes	Três servidores na elaboração, seis servidores na fase de implementação			
	<b>34. Na sua opinião, a equipe disponível foi suficiente para a elaboração e implementação do PGI?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>N/A</b>	<b>Observações</b>
	Cabedelo			1	
	Balneário Camboriú	1			Sim, foi bem ativa a participação das demais secretarias
	Florianópolis		1		
	Olinda	1			
	Porto Belo		1		
Niterói	1				
Itajaí	1				
Guarujá		1		Muito insuficiente tanto para elaboração quanto para implementação	
Fortaleza		1			
Lucena		1			
Vitória		1			
Campos dos Goytacazes	1				
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1</b>		

Recursos financeiros	<b>35.O município aplica os recursos de receitas patrimoniais da União nas ações do PGI?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		<b>Observações</b>
	Cabedelo	1			
	Balneário Camboriú		1		
	Florianópolis		1		
	Olinda	1			
	Porto Belo		1		
	Niterói		1		Vê como grande falha do TAGP
					Pretende montar um Fundo com parte dessa verba para ser administrado pelo Comitê Gestor. Ainda depende de negociação com o prefeito
	Itajaí		1		
	Guarujá		1		
Fortaleza		1			
Lucena		1			
Vitória		1			
Campos dos Goytacazes		1		Município não aderiu ao TAGP	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>10</b>			
	<b>36.O município utiliza recursos próprios para a elaboração do PGI?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		<b>Observações</b>
Cabedelo	1				
Balneário Camboriú	1				
Florianópolis	1				
Olinda	1				
Porto Belo	1				
Niterói	1				
Itajaí	1				
Guarujá	1				
Fortaleza	1				
Lucena	1				
Vitória	1				
Campos dos Goytacazes	1				
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>0</b>			
	<b>37.O município utiliza recursos próprios para a implementação das ações previstas no PGI?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		<b>Observações</b>
Cabedelo	1				
Balneário Camboriú	1				
Florianópolis		1			
Olinda	1				
Porto Belo	1				
Niterói		1			
Itajaí	1				
					O documento do PGI foi engavetado pela administração municipal e não foram implementadas as ações propostas
Guarujá			1		
Fortaleza					
Lucena	1				
					Município também já tem recurso estadual para reurbanização de um setor da orla marítima
Vitória		1			Nenhuma ação foi implementada até o momento
Campos dos Goytacazes			1		
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>4</b>			
	<b>38. REMOVIDA</b>				

39. Para quais atividades o instrutor foi contratado?	Resposta
Cabe de lo	Não estava na prefeitura à época da elaboração
Balneário Camboriú	Para todo o processo de oficina e escrita do documento final do PGI
Florianópolis	Elaborar PGI, oficinas, seminário inicial e audiência pública
Olinda	Para todo o processo de oficina e escrita do documento final do PGI
Porto Belo	Organizar as oficinas e escrever a versão inicial PGI
Niterói	Realização das oficinas
Itajaí	Condução das oficinas e elaboração da versão preliminar do PGI
Guarujá	Condução das oficinas e elaboração da versão preliminar do PGI
Fortaleza	Não estava na prefeitura na época da elaboração do primeiro plano, mas para a revisão não foi contratado instrutor para acompanhar o processo
Lucena	Preparação das oficinas e escrita da versão final do PGI
Vitória	Condução de oficinas e escrita da versão preliminar do PGI
Campos dos Goytacazes	Para todo o processo de oficina e escrita do documento final do PGI

40. Foi feito um Termo de Referência para a contratação do instrutor	Sim	Não	N/A	Observações
Cabe de lo			1	
Balneário Camboriú	1			
Florianópolis	1			
Olinda	1			
Porto Belo	1			
Niterói	1			
Itajaí	1			
Guarujá			1	Não estava na prefeitura no início
Fortaleza			1	
Lucena	1			
Vitória			1	Foi feita uma licitação para contratação de uma empresa de consultoria especializada. A contratação do instrutor foi feita pela empresa ganhadora da licitação
Campos dos Goytacazes	1			
Total	8	1	3	

41. Quanto tempo decorreu desde a contratação do instrutor até a entrega dos produtos finais previstos?	Resposta
Cabe de lo	Não estava na prefeitura à época da elaboração
Balneário Camboriú	2 anos
Florianópolis	A prefeitura elaborou o documento final
Olinda	Quase 1 ano
Porto Belo	Não soube responder
Niterói	1 ano
Itajaí	O PGI final não atendeu às indicações dos manuais, e, no entanto, não foi entregue o produto final
Guarujá	Não soube responder
Fortaleza	Não soube responder
Lucena	Mais ou menos 1 ano
Vitória	Não soube responder
Campos dos Goytacazes	1 ano

42. Quanto o município pagou ao instrutor para elaboração do PGI? (Suprimida)	Resposta
Cabe de lo	
Balneário Camboriú	
Florianópolis	
Olinda	
Porto Belo	
Niterói	
Itajaí	
Guarujá	
Fortaleza	
Lucena	
Vitória	
Campos dos Goytacazes	

<b>43. Quais são as secretarias municipais que se envolveram durante o processo de elaboração?</b>		<b>Resposta</b>			
Cabe de lo		Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria Planejamento / pouco Secretaria Turismo			
Balneário Camboriú		Turismo, meio ambiente, esportes e planejamento			
Florianópolis		Floram (ambiental), Habitação, Planejamento Urbano (IPUF), Turismo (Setur), Educação			
Olinda		Planejamento e cabeçou o processo			
Porto Belo		Secretaria de Turismo e cabeçou o processo, mas outras secretarias participaram das oficinas			
Niterói		Secretaria de Urbanismo e cabeçava o processo, Meio Ambiente, Turismo e Educação também se envolveram bastante.			
Itajaí		Secretaria de Meio Ambiente e cabeçou o processo, mas Secretaria de Turismo participou ativamente			
Guarujá		Secretaria de Turismo e cabeçou o processo, mas Meio Ambiente depois ficou responsável pela implementação do Plano.			
Fortaleza		Gabinete da Prefeitura, Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza –HABITAFOR; Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano –SEMAM; Secretaria de Infra-Estrutura–SEINF; Secretaria de Planejamento –SEPLA; Secretaria Executiva Regional I; Secretaria Executiva Regional -II; Secretaria Executiva Regional -VI; Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza –FUN CET			
Lucena		Encabeçado pela Secretaria de Turismo, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Infraestrutura			
Vitória		Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação e cabeçou o processo, todas as outras secretarias participaram do processo			
Campos dos Goytacazes		Secretaria de Meio ambiente e cabeçou o processo, Secretaria de Centro de Informações e dados participou ativamente			
<b>44. Qual foi o critério utilizado para a escolha de representantes na comissão?</b>		<b>Resposta</b>			
Cabe de lo		Não estava na prefeitura na época da elaboração			
Balneário Camboriú		Paridade e disposição dos participantes			
Florianópolis		Capacidade técnica e disponibilidade			
Olinda		Disponibilidade dos servidores			
Porto Belo		Houve paridade entre os setores governamentais e sociedade civil, mas as entidades da sociedade civil interessadas foi superior ao número de vagas, daí abriu-se mais vagas para entidades participarem somente com poder de voz, não de voto.			
Niterói		Não soube responder			
Itajaí		Disponibilidade/vontade pessoal dos servidores			
Guarujá		Disponibilidade dos servidores			
Fortaleza		Não soube responder			
Lucena		A atuação de demais pessoas de equipe técnica foi muito baixa			
Vitória		Não soube responder			
Campos dos Goytacazes		Disponibilidade/vontade pessoal dos servidores			
<b>45. Como foi o envolvimento das secretarias municipais envolvidas durante a elaboração do PGI?</b>		<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>	<b>Observações</b>
Cabe de lo					
Balneário Camboriú				1	
Florianópolis		1			Algumas responsabilidades da prefeitura foram realizadas pelo instrutor, como a síntese dos documentos do diagnóstico
Olinda				1	
Porto Belo				1	
Niterói				1	
Itajaí			1		
Guarujá		1			
Fortaleza					
Lucena		1			
Vitória			1		
Campos dos Goytacazes		1			Quase nenhuma secretaria quis se envolver e algumas ainda atrapalharam o processo
<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	

<b>46. Por que o município aderiu ao Projeto Orla?</b>	<b>Resposta</b>
Cabedelo	Apelo turístico do município, proximidade com a capital
Balneário Camboriú	Recursos provenientes do TAGP
Florianópolis	Articulação interna entre os técnicos, que incentivaram o prefeito a aderir ao Orla
Olinda	SPU incentivou o prefeito a aderir, explicando as vantagens para a população em geral, integrando com outros municípios da região metropolitana
Porto Belo	Conflitos existentes na faixa de areia. Ambulantes e quiosques não tinham registro e existia conflitos com a pesca artesanal
Niterói	Incentivo dos secretários, principalmente pelo de Urbanismo
Itajaí	Fundação do Meio Ambiente municipal incentivou o prefeito para que o instrumento auxiliasse no ordenamento das praias e conter o avanço da especulação imobiliária
Guarujá	Para ter acesso à algumas linhas de financiamento federal e resolver processos judiciais contra o município
Fortaleza	
Lucena	Incentivo de equipe técnica interna, complementado por influência da SPU, para melhor ordenamento da Orla
Vitória	Para melhorar a gestão da orla, reduzir a poluição das praias, readequar o uso e facilitar obras nas praias.
Campos dos Goytacazes	Judicialização por parte do Ministério Público
<b>47. Quais foram os critérios de escolha das praias a serem incluídas no Projeto Orla?</b>	<b>Resposta</b>
Cabedelo	Foram induídas todas as praias/ município pequeno
Balneário Camboriú	Todas as praias estão inclusas no TAGP
Florianópolis	Conflitos de interesse (beach club) e conflitos patrimoniais (lagoa da Conceição)
Olinda	Todas as praias do município
Porto Belo	Todas as praias do município
Niterói	Todas as praias do município
Itajaí	Todas as praias do município
Guarujá	Todas as praias do município
Fortaleza	Todas as praias do município
Lucena	Todas as praias do município
Vitória	Todas as praias do município
Campos dos Goytacazes	Todas as praias do município
<b>48. Qual o benefício o município vê ao aderir ao Projeto Orla?</b>	<b>Resposta</b>
Cabedelo	Maior apelo turístico para o município
Balneário Camboriú	Aproximação com sociedade civil organizada/ aproximação com outros entes públicos (SPU e MTur)/ Compromisso da gestão municipal que perpassa diferentes gestões
Florianópolis	Possibilidade de acessar financiamento específico
Olinda	Não soube responder
Porto Belo	Não soube responder
Niterói	Não soube responder
Itajaí	Manter a qualidade ambiental das praias do município
Guarujá	Financeiro e resolver problemas judiciais
Fortaleza	Não soube responder
Lucena	Melhor ordenamento da orla e impedimento do tráfego de carros na faixa de areia
Vitória	Eliminar lançamento de esgotos clandestinos e implementar projetos de reurbanização
Campos dos Goytacazes	Articulação com os atores locais

49. Como foi a relação do município com a CTE?	Ruim	Razoável	Boa	Observações
Cabe de lo			1	
Balneário Camboriú			1	
Florianópolis		1		
Olinda			1	
Porto Belo			1	
Niterói			1	
Itajaí	1			Tempo muito longo para avaliação e pouca flexibilidade quanto ao formato do documento preliminar do PGI
Guarujá			1	
Fortaleza			1	
Lucena			1	
Vitória			1	
Campos dos Goytacazes			1	
Total	1	1	10	
50. Como foi a relação do município com a SPU?	Ruim	Razoável	Boa	Observações
Cabe de lo			1	
Balneário Camboriú		1		SPU nacional entrevistou muito durante o processo/ não considerou o PGI já existente/ Relação foi melhorando durante o processo
Florianópolis			1	
Olinda			1	
Porto Belo			1	
Niterói			1	
Itajaí			1	
Guarujá	1			SPU/ DF interferiu de mais nas decisões que estavam sendo tomadas e descreditou participação dos atores durante oficinas
Fortaleza			1	
Lucena			1	
Vitória			1	
Campos dos Goytacazes			1	
Total	1	1	10	
51. Como foi a relação do município com o instrutor? - (transferida para o indicador 13 - Instrutor)	Ruim	Razoável	Boa	Observações
Cabe de lo			1	
Balneário Camboriú			1	
Florianópolis		1		Em um dos setores a relação com o instrutor contratado não foi boa, pois houve negligência do mesmo em alguns aspectos que faziam parte de sua responsabilidade
Olinda			1	
Porto Belo			1	
Niterói		1		Instrutor não colaborou como era esperado para a escrita da versão preliminar do PGI
Itajaí	1			Instrutor não colaborou como era esperado para a escrita da versão preliminar do PGI
Guarujá			1	
Fortaleza				Não se aplica, pois não foi contratado instrutor para a revisão
Lucena			1	
Vitória		1		Instrutor não dominava técnicas de participação social
Campos dos Goytacazes		1		Instrutor não foi muito ativo durante o processo, ficando muitas atividades em função da prefeitura
Total	1	4	6	

Articulação com outras esferas do poder público	<b>52. Qual foi o papel da SPU e do MMA durante este processo?</b>	<b>Resposta</b>	
	Cabedelo	Não estava na prefeitura na época da elaboração	
	Balneário Camboriú	MMA não participou e SPU/Brasília participou das oficinas	
	Florianópolis	Nenhum representante do MMA participou do processo e a SPU foi representada somente por sua regional	
	Olinda	A SPU participou durante todo processo, mas MMA não	
	Porto Belo	SPU foi fundamental para trazer esclarecimentos sobre a metodologia.	
	Niterói	SPU e MMA foram bem ativos durante o processo auxiliando nas oficinas e nas orientações	
	Itajaí	A SPU/SC auxiliou muito durante o processo, inclusive nas adequações solicitadas pela CTE	
	Guarujá	O MMA foi bem atuante durante o processo, mas a SPU interferiu de forma a atrapalhar as decisões que o município tomava.	
	Fortaleza	Não soube responder	
	Lucena	A SPU/ PB foi fundamental no convencimento da prefeitura e na fiscalização	
	Vitória	SPU Brasília mandou representante, mas MMA não	
	Campos dos Goytacazes	SPU e MMA mandaram representante e foram ativos durante o processo	
	<b>53. Qual (is) outro (s) órgão(s) federal (is) e/ou estadual participaram do processo?</b>	<b>Resposta</b>	
	Cabedelo	Não estava na prefeitura na época da elaboração	
	Balneário Camboriú	MTur mandou representante que não participou ativamente do processo, marinha	
	Florianópolis	IBAMA, ICMBio, IPHAN e SPU	
	Olinda	IBAMA e OEMA	
	Porto Belo	Ministério do Planejamento	
	Niterói	Capitania dos Portos e marinha	
	Itajaí	Não soube responder	
	Guarujá	Não soube responder	
	Fortaleza	Não soube responder	
	Lucena	Não soube responder	
	Vitória	Não soube responder	
Campos dos Goytacazes	Guarda municipal		



59. Como foi criado o Comitê Gestor?		Resposta		
Cabedelo		Foi instituído por lei municipal		
Balneário Camború		Foi feita uma eleição entre os participantes da 2ª oficina, em momento posterior às oficinas.		
Florianópolis		Manifestação de interesse das entidades participantes, durante a 2ª oficina		
Olinda		Decreto do Prefeito		
Porto Belo		Foi instituído em 2012 por meio de decreto da Prefeitura, logo após a finalização do PGI.		
Niterói		Indicações das secretarias e votações entre as representações da sociedade civil		
Itajaí		Votação entre as entidades participantes das oficinas, durante a 2ª oficina. Uma instituição titular e outra suplente		
Guarujá		Com votação entre os participantes		
Fortaleza				
Lucena		Votação entre os participantes das reuniões		
Vitória		Foi formado durante a 2ª oficina, através de votação entre os participantes		
Campos dos Goytacazes		Foi formado um pré-comitê gestor, durante as oficinas de sensibilização, que foi consolidado na 2ª oficina geral		
60. Qual é a composição do Comitê Gestor?		Resposta		
Cabedelo		Sociedade civil organizada, autoridade portuária, secretarias municipais (turismo, planejamento, meio ambiente), órgãos ambientais (SUDEMA, IBAMA, ICMBio), Instituto Federal, colônia de pesca, associação de barraqueiros, associação de moradores, associação de esportes náuticos		
Balneário Camború		Conselho paritário (4 prefeitura/ 4 sociedade civil)		
Florianópolis		Comitê gestor não foi instituído		
Olinda		Não soube responder		
Porto Belo		Meio ambiente e turismo dividem a presidência do CG. Dividido em três setores: ONGs, prefeitura e outras associações que tinham direito a voz somente. Pescadores, maricultores, ONGs conservacionistas, associações de bairro.		
Niterói		Não soube responder		
Itajaí		11 entidades governamentais e 11 não governamentais		
Guarujá		Não se lembra		
Fortaleza		Não soube responder		
Lucena		Não soube responder		
Vitória		Paridade entre representantes da prefeitura e representantes da comunidade, entre principal e suplente		
Campos dos Goytacazes		Paritária, com Universidade, associação de pescadores, de moradores, prefeitura.		
61. O comitê gestor está atuante?		Sim	Não	Observações
Cabedelo		1		
Balneário Camború		1		
Florianópolis			1	
Olinda		1		
Porto Belo		1		
Niterói			1	
Itajaí		1		
Guarujá			1	foi instituído mas se reuniu poucas vezes e não está atuante no momento
Fortaleza		1		
Lucena			1	
Vitória			1	
Campos dos Goytacazes		1		O comitê ainda não está atuante, pois PGI não foi validado ainda
Total		7	5	

<b>62. O Projeto Orla se transformou em lei?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Observações</b>
Cabedelo		1	
Balneário Camboriú		1	Ainda aguarda submissão/ aprovação pela CTE
Florianópolis		1	
Olinda		1	
Porto Belo	1		
Niterói		1	Uma grande falha do Projeto Orla, pois não possui poder de lei o Plano aprovado
Itajaí		1	
Guarujá		1	
Fortaleza	1		
Lucena	1		
Vitória		1	
Campos dos Goytacazes	1		
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	
<b>63. Se foi transformado em lei, qual o controle exercido?</b>	<b>Resposta</b>		
Cabedelo	Comitê gestor atuante desde sua criação		
Balneário Camboriú	Não se aplica		
Florianópolis	Não se aplica		
Olinda	Não se aplica		
Porto Belo	Decreto municipal, mas, infelizmente, não está dentro Plano Diretor		
Niterói	Não se aplica		
Itajaí	Não se aplica		
Guarujá	Não se aplica		
Fortaleza	Não se aplica		
Lucena	Decreto municipal		
Vitória	Não se aplica		
Campos dos Goytacazes	Lei municipal que referencia o PGI elaborado		
<b>64. Houve alguma proposta inadequada/ilegal no PGI?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Observações</b>
Cabedelo	1		Projeto de reurbanização do município não teve seu EIA/RIMA aprovado
Balneário Camboriú		1	Ainda aguarda submissão/ aprovação pela CTE
Florianópolis		1	
Olinda		1	
Porto Belo		1	
Niterói		1	
Itajaí		1	
Guarujá		1	
Fortaleza			
Lucena		1	
Vitória		1	
Campos dos Goytacazes		1	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	
<b>65. As ações previstas no PGI solucionaram problemas judiciais enfrentados no município?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Observações</b>
Cabedelo	1		
Balneário Camboriú	1		Construção de um trapiche que não está regularizada, mas que não chegou a ser judicializada
Florianópolis		1	
Olinda	1		
Porto Belo	1		
Niterói		1	
Itajaí	1		Retirada de quiosques da restinga Os problemas com quiosques foram resolvidos somente com ações judiciais após a finalização do PGI
Guarujá		1	
Fortaleza			
Lucena	1		Ordenamento dos quiosques na faixa de praia
Vitória		1	
Campos dos Goytacazes	1		Logo após a elaboração do PGI foram feitas campanhas de fiscalização e reordenamento dos usos na praia. Porém, após alguns anos os conflitos voltaram a existir
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	

<b>66. O PGI foi incorporado ao Plano Diretor Municipal?</b>	<b>Sím</b>	<b>Não</b>	<b>Observações</b>
Cabedelo		1	Apenas alguns aspectos / Plano di retor desatualizado
Balneário Camboriú	1		Plano di retor está em revisão
Florianópolis		1	
Olinda	1		
Porto Belo		1	
Niterói		1	
Itajaí	1		
Guarujá		1	
Fortaleza	1		
Lucena			Não se aplica (município abaixo de 20 mil ha)
Vitória	1		
Campos dos Goytacazes		1	
Total	5	6	
<b>67. O PGI foi base para a criação de alguma lei?</b>	<b>Sím</b>	<b>Não</b>	<b>Observações</b>
Cabedelo		1	
Balneário Camboriú		1	
Florianópolis		1	
Olinda	1		
Porto Belo	1		Lei do Comércio Ambulante
Niterói		1	
Itajaí	1		Normatização do uso da faixa de areia
Guarujá		1	
Fortaleza	1		Política municipal do meio ambiente
Lucena		1	
Vitória		1	
Campos dos Goytacazes	1		Lei municipal que normatiza o PGI
Total	6	6	
<b>68. Existe relação entre PGI e o Plano de Manejo das UCs?</b>	<b>Sím</b>	<b>Não</b>	<b>Observações</b>
Cabedelo		1	
Balneário Camboriú		1	APA Costa Brava/ municipal Houve mudanças na demarcação do polígono de uma UC municipal e mudança de categoria de outra (de US p/ PI)
Florianópolis	1		
Olinda		1	
Porto Belo		1	
Niterói	1		
Itajaí	1		UCs adjacentes à faixa de praia
Guarujá		1	
Fortaleza	1		
Lucena		1	
Vitória	1		
Campos dos Goytacazes		1	
Total	7	5	
<b>69. Quais ações previstas no PGI foram embasadas em outras políticas/planos já existentes no município? (ex. saneamento, educação ambiental, turismo, etc.)</b>	<b>Resposta</b>		
Cabedelo	Não se aplica		
Balneário Camboriú	Todas, pois foram consideradas durante a fase de diagnóstico		
Florianópolis	Todas, pois foram consideradas durante a fase de diagnóstico		
Olinda	Todas, pois foram consideradas durante a fase de diagnóstico		
Porto Belo	Não se lembra		
Niterói	Não se lembra		
Itajaí	Não se lembra		
Guarujá	Não se lembra		
Fortaleza	Não se lembra		
Lucena	Não se lembra		
Vitória	Planos de manejo de UC, planos de saneamento básico, despoluição da baía de Vitória e projeto de reurbanização da orla já em andamento		
Campos dos Goytacazes	Não se lembra		
<b>70. Quais outras políticas do município foram articuladas às ações previstas no PGI?</b>	<b>Resposta</b>		
Cabedelo	Código ambiental, Lei do licenciamento municipal, Lei de uso do solo.		
Balneário Camboriú	Plano de manejo da APA da Costa Brava		
Florianópolis	Melhorou a conectividade nas ações entre as secretarias/ serviu para direcionar ações de fiscalização de construções irregulares em APP		
Olinda	Plano de mobilidade urbana		
Porto Belo	Não se lembra		
Niterói	Regulamentação de quiosques, atividades náuticas, entre outras		
Itajaí	Não se lembra		
Guarujá	Nenhuma que é de conhecimento, pois as ações do PGI não foram implementadas		
Fortaleza	Não se lembra		
Lucena	Alteração da lei orgânica do município		
Vitória	Não se lembra		
Campos dos Goytacazes	Nenhuma que é de conhecimento, pois as ações do PGI não foram implementadas		

## **ANEXO IV**

*Instrução Normativa No 01, de 24 de janeiro de 2020. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) e Secretaria Executiva do Meio Ambiente (SMA) de Santa Catarina*

# Instrução Normativa Nº 01, de 24 de janeiro de 2020. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) e Secretaria Executiva do Meio Ambiente (SEMA) de Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE)  
SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, de 24 de janeiro de 2020.

Define a padronização do procedimento de elaboração dos Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima (PGIs) do Estado de Santa Catarina.

O **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 33, inciso I, c/c o art. 108, V e § 2º, todos da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, para atender a necessidade de normatizar, orientar e padronizar o procedimento de elaboração dos Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima (PGIs) do Estado de Santa Catarina, e, ainda:

Considerando o art. 206 da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que "Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências";

Considerando a Lei nº 13.553, de 16 de novembro de 2005 que "Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro" e o Decreto nº 5.010, de 22 de dezembro de 2006, que a regulamenta; e

Considerando o Decreto nº 3.077, de 20 de abril de 2005, que "Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla",

### RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer, nos termos da presente Instrução Normativa (IN) a padronização na elaboração dos Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima (PGIs) do Estado de Santa Catarina.

§ 1º O Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima (PGI) é instrumento de execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC).

§ 2º A gestão da orla marítima terá como objetivo planejar e implementar ações nas áreas que apresentem maior demanda por intervenções na zona costeira, a fim de disciplinar o uso e ocupação do território (Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004)

Art. 2º Os PGIs deverão ser elaborados em observância aos termos do Anexo Único desta IN.

§ 1º Elaborada a versão preliminar do PGI, esta deverá ser encaminhada pelo Município ou pela Secretaria Municipal que possuir as atribuições, à Secretaria Executiva do Meio Ambiente (SEMA), para análise.

§ 2º A Coordenação Estadual do Projeto Orla, em conjunto com a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla, deverá avaliar o PGI, verificando se:

- a) o documento reflete as bases técnicas e conceituais do Projeto Orla;
- b) o PGI é representativo do universo de problemas



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE)**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (SEMA)**

identificados, tanto no diagnóstico elaborado na oficina, quanto naqueles elencados no dossiê;

c) o PGI leva em consideração as diretrizes dos demais instrumentos de planejamento e gestão existentes na escala da Zona Costeira;

d) o PGI servirá como um instrumento para o planejamento de usos e ocupação do espaço e dos recursos no município, principalmente nas áreas de domínio da União;

e) as ações propostas são coerentes com os principais problemas identificados e têm a magnitude adequada à escala da orla;

f) as competências para execução das ações estão bem distribuídas, se os responsáveis estão identificados;

g) os mecanismos de legitimação propostos estão adequados com relação à ação, equipe disponível, recursos financeiros e tempo.

Art. 3º Esta IN entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 24 de janeiro de 2020.

**CELSO LOPES DE ALBUQUERQUE JUNIOR**  
Secretário Executivo do Meio Ambiente



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE)  
SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

ANEXO ÚNICO

ITENS:	O QUE DEVE CONTER:
<b>CAPA</b>	1. Título;
	2. Logotipo do Projeto Orla;
	3. Logotipo das Instituições Coordenadoras;
	4. Ano de elaboração;
<b>CONTRACAPA</b>	1. Não há necessidade de apresentá-la;
<b>CRÉDITOS</b>  Citar nomes dos órgãos e seus respectivos titulares ou responsáveis.	1. Ministério do Meio Ambiente - MMA;
	2. Departamento de Gestão Ambiental Territorial (DGAT);
	3. Ministério da Economia
	4. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU
	5. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU em Santa Catarina - SPU/SC;
	6. Ministério do Turismo;
	7. Secretaria Executiva do Meio Ambiente - SEMA; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDE;
	8. Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO/SC;
	9. Coordenação Estadual do Projeto Orla;
	10. Comissão Técnica Estadual Projeto Orla – CTE PO/SC;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE)**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (SEMA)**

	11. Prefeitura Municipal;
	12. Secretarias Municipais;
	13. Coordenação Municipal - Projeto Orla;
	14. Instituições da sociedade civil organizada participantes das oficinas;
	15. Instrutor(es) do Projeto Orla;
<b>SUMÁRIO</b>	Identificar os itens e as páginas do PGI.
<b>LISTA DE QUADRO/TABELAS</b>	Listar os quadros e as tabelas com as páginas correspondentes
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	Listar as figuras com as páginas correspondentes
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<p>Apresentação geral do Projeto Orla:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1- Deixar claro os principais problemas e conflitos que levam a implementar o PO;</li><li>2- Desenvolver breve síntese do histórico do projeto orla nacional, estadual e municipal;</li><li>3- Desafios e contribuição do Projeto Orla para o município;</li><li>4- Nas ações do projeto orla municipal relatar o termo de adesão;</li><li>5- Relatar processo de mobilização: reuniões, seminários, oficinas, registro fotográfico dos eventos, e;</li><li>6- Breve contexto das etapas desenvolvidas até a elaboração do PGI e a formação da comissão gestora municipal.</li></ol> <p>Obs: O PGI deve trazer imagens comprobatórias das oficinas, tais como: fotos, mapas, listas de presença, cópias dos convites para as oficinas, bem como a contextualização e justificativa da escolha das instituições participantes do processo de construção.</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE)  
SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

<b>OBSERVAÇÃO:</b> No caso do município ter aderido ao Termo de Adesão à Gestão de Praias (Portaria nº 113 de julho de 2017 que regulamenta a Lei nº 13.240 de 30 de dezembro de 2015) o PGI deverá contemplar os requisitos exigidos na referida Lei.	
<b>1. OBJETIVOS</b>	Deverá conter o objetivo Geral e os Específicos
<b>1.1 objetivo geral</b>	Descrever o propósito do PGI, construído de forma participativa, considerando os aspectos ambientais e patrimoniais do município, buscando implementar uma política que harmonize e articule as práticas patrimoniais e ambientais com o planejamento de uso e ocupação desse espaço que constitui a sustentação natural e econômica da Zona Costeira.
<b>1.2 objetivos específicos</b>	Descrever as etapas necessárias para identificação dos problemas e de possíveis soluções na área geográfica de interesse no município:  - Realizar o Diagnóstico da Orla ( base teórica e saída de campo);  - Elaborar o cenário de uso desejado para a Orla;  - Propor ações e medidas estratégicas;  - Compatibilizar as ações de intervenção na Orla aos instrumentos de Gestão Territorial, em especial ao Plano Diretor e Zoneamento Ecológico Econômico.
<b>2. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO</b>	Descrever a localização exata da área estudada, com a indicação precisa de seus limites (extraídos do diagnóstico/classificação - produto do trabalho nas oficinas); indicar, quando houver demarcada, a área correspondente aos bens da União, a Linha de Proamar média de 1831, as áreas de preservação permanente e as unidades de conservação e o Plano Diretor.  Deverão ser apresentados os seguintes dados/informações:  - Limite da análise da Orla, conforme o Decreto 5.300/2004 - Seção I, que prevê:  <b>I - marítimo:</b> isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE)  
SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

	<p>variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos,</p> <p><b>II - terrestre:</b> cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos.</p> <p>- Áreas Urbanizadas (A e B) – 50 metros; - Áreas não urbanizadas (C) – 200 metros, variável conforme os ecossistemas,e; - Mapeamento das áreas de risco sujeitos à erosão.</p> <p><b>OBS1</b> – O limite de gestão da Orla poderá ser alterado, com base no Art. 23 do Decreto 5300/2004, por proposição durante as oficinas.</p> <p>O mapa de Localização da Gestão do Projeto Orla deve apresentar a divisão por Setores e ser elaborado, preferencialmente, em arquivo vetorial e em formato PDF, em escala 1:2000, apontando fonte de dados e especificações técnicas (escala, projeção e sistema de referência).</p> <p><b>OBS2</b> - Base de informações podem ser obtidas pelo Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM.</p>
<p><b>3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO/CLASSIFICAÇÃO</b></p> <p>OBS - Estas informações serão obtidas por meio de base teórica e saída de campo e das atividades desenvolvidas nas etapas I e II das oficinas de</p>	<p><u>Quanto ao Diagnóstico:</u></p> <p>Apresentar o conjunto de dados preferencialmente geoprocessados e em formato vetorial referentes à:</p> <p>- Sítios de interesse histórico, arqueológico e cultural;</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE)  
SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

capacitação;	<ul style="list-style-type: none"><li>- Área de interesse especial;</li><li>- Assentamentos tradicionais;</li><li>- Aquicultura</li><li>- Pesca e extrativismo;</li><li>- Esportes náuticos;</li><li>    Navegação;</li><li>- Quiosques e barracas;</li><li>- Atividade turística;</li><li>- Pontos de monitoramento de balneabilidade;</li><li>- Evolução histórica da ocupação urbana da orla;</li><li>- Regiões sujeitas a processos erosivos ou de inundação.</li><li>- Unidades de conservação instituídas ou em proposição;</li><li>- Equipamentos públicos;</li><li>- Infraestrutura: saneamento, energia e sistema viário, e;</li><li>    Área de preservação permanente (APP).</li></ul> <p>Obs: Todos os produtos cartográficos (PC) devem ser representados em escala, com legenda e resolução adequadas, na projeção UTM, com a apresentação da grade de coordenadas, DATUM SIRGAS-2000 e indicação de orientação geográfica ("Norte"). Enfatiza-se que todos os PC devem apresentar resolução e dimensão adequadas para a sua análise, e que deve ser ressaltado aos leitores, de forma clara e objetiva, o significado das representações empregadas. Todos os planos de informação que compõem os PC devem ter as suas fontes referenciadas (por exemplo: "imagem de 01/01/2010 obtida através do software Google Earth®"). Sugere-se que os principais PCs sejam apresentados em uma folha A4 no formato paisagem (para aproveitar o máximo de espaço disponível).</p>
<b>3.1 Atributos Naturais e Paisagísticos</b>	Fazer uma análise dos atributos naturais e paisagísticos, bem como dos recursos ambientais com base nos dados e informações contidas na Síntese do



	<p>diagnóstico, quanto:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- À Classificação: Classe A, B e C</li><li>- Aos Tipos Genéricos de Orla Marítima</li><li>- Aos Tipos de Ecossistemas</li></ul> <p>(Ver maiores detalhes no manual do PO)</p>
<b>3.2 Identificação das Atividades Geradoras do Problema e dos Atores Envolvidos</b>	<p>Neste tópico, devem ser listadas e caracterizadas as atividades que contribuem para existência dos problemas e os respectivos atores envolvidos.</p> <p>(Qual a fonte do problema?)</p>
<b>3.3 Problemas de Uso e Ocupação e Impactos na Orla</b>	<p>Devem ser identificados neste item, para cada trecho, conforme Quadro Síntese 2, do Manual de Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- configuração local e usos;</li><li>potencialidades;</li><li>- problemas;</li><li>- atividades geradoras;</li><li>- efeitos e impactos associados ao problema;</li><li>- projetos previstos ou em implantação, e;</li><li>- atores envolvidos.</li></ul>
<b>3.4 Estrutura Fundiária na Orla</b>	<p>Deverão ser levantados os principais conflitos fundiários existentes, que serão esquematizados em um quadro que represente a estrutura fundiária e a categoria de uso dos bens da União. Também deverá ser delimitada a área de abrangência desses conflitos no mapa dos trechos da orla.</p> <p>Aqui cabe avaliar a estrutura fundiária observada na orla, a partir do Quadro 3, especificando o sistema de propriedade vigente, avaliando as situações legais, as irregularidades praticadas, dando especial atenção às restrições de acesso às praias e sua ocupação privada, bem como as formas de utilização dos terrenos e acréscimos de marinha.</p> <p>Ex:</p> <div style="border: 1px solid black; text-align: center; padding: 5px;"><b>QUADRO SÍNTESI 3</b></div>



<p><b>4. CENÁRIO DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA</b></p>	<table border="1" data-bbox="797 300 1333 428"> <tr> <td data-bbox="797 300 976 428">Conflito fundiário</td> <td data-bbox="976 300 1154 428">Estrutura fundiária</td> <td data-bbox="1154 300 1333 428">Categoria de uso da União</td> </tr> </table> <p>Conforme trabalhado anteriormente, o diagnóstico atual deve servir como base para a definição de cenários de usos futuros, portanto, deve-se recuperar os resultados gerados nas atividades 7.1 e 7.2 do Manual de Gestão 04.</p> <p>Apresentar como resultado a elaboração de cenários, considerando para cada trecho, a situação atual, tendencial e desejada.</p>	Conflito fundiário	Estrutura fundiária	Categoria de uso da União																		
Conflito fundiário	Estrutura fundiária	Categoria de uso da União																				
<p><b>5. AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS</b></p>	<p>O Plano de Gestão deve indicar as possíveis soluções para os problemas identificados e agrupados no diagnóstico, promovendo, assim, o incentivo de atividades compatíveis com o uso pretendido. Desta forma, o planejamento de ações deve ser feito a partir das providências para prevenir ou corrigir os efeitos suscitados pelos problemas (quadro 4).</p> <p>Para cada ação deve ser descrito (quadro 5):          Finalidade - descrever o objetivo da ação proposta;          Duração da atividade - especificar o tempo necessário à implementação da ação planejada (regularidade, data do início, término, ou se é uma atividade contínua);          Responsabilidades - definir a entidade/ órgão responsável pela execução da ação.</p> <table border="1" data-bbox="797 1289 1333 1444"> <thead> <tr> <th colspan="3">QUADRO 4 - Síntese de problemas</th> </tr> <tr> <th data-bbox="797 1362 976 1444">Problemas</th> <th data-bbox="976 1362 1154 1444">Trecho da ocorrência</th> <th data-bbox="1154 1362 1333 1444">Linhas de ação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" data-bbox="797 1493 1333 1747"> <thead> <tr> <th colspan="4">QUADRO 5 - Ações e medidas estratégicas</th> </tr> <tr> <th data-bbox="797 1566 927 1747">Linhas de ação</th> <th data-bbox="927 1566 1065 1747">Finalidade</th> <th data-bbox="1065 1566 1203 1747">Duração</th> <th data-bbox="1203 1566 1333 1747">responsável</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="797 1703 927 1747">.....</td> <td> </td> <td> </td> <td data-bbox="1203 1703 1333 1747">.....</td> </tr> </tbody> </table>	QUADRO 4 - Síntese de problemas			Problemas	Trecho da ocorrência	Linhas de ação				QUADRO 5 - Ações e medidas estratégicas				Linhas de ação	Finalidade	Duração	responsável	.....			.....
QUADRO 4 - Síntese de problemas																						
Problemas	Trecho da ocorrência	Linhas de ação																				
QUADRO 5 - Ações e medidas estratégicas																						
Linhas de ação	Finalidade	Duração	responsável																			
.....			.....																			



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE)  
SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

<b>6. SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES</b>	Abordar numa listagem de verificação as legislações existentes, instituições afins, fóruns de decisão e material técnico científico que possam apoiar a execução das ações previstas no Plano de Gestão Integrada.
<b>6.1 Base legal existente que permita implantar as ações normativas</b>	Observar a legislação Federal, Estadual e Municipal incidentes na orla.
<b>6.2 Base Institucional Local para Executar as Ações Previstas</b>	Neste item deve-se indicar as instituições Federais, Estaduais e Municipais que possam contribuir com a execução das ações previstas  Exemplos:  Instituto Estadual do Meio Ambiente Polícia Militar Ambiental  Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Turismo
<b>6.3 Fóruns de decisão existentes no município</b>	Neste item deve-se indicar informações relacionadas aos diversos fóruns de decisão existentes no Município que podem ter interação junto à área de abrangência do PGI como: instâncias municipais, câmaras, conselhos consultivos e deliberativos, associações, entre outros. Citar a temática de atuação relacionada ao projeto, área de abrangência, nome e contato do(a) responsável legal e endereço constituído, se houver.
<b>6.4 Instrumentos Gerenciais e Normativos Locais Existentes</b>	Relacionar os Instrumentos Gerenciais e Normativos que se apliquem à gestão da área mapeada no projeto e sua relação com as proposições dos itens 3 a 5 deste documento como, por exemplo: Regularização Fundiária, Licenciamento Ambiental, Regularizações de uso, entre outros.
<b>6.5 Material técnico-científico disponível (Referências Bibliográficas)</b>	Referências Bibliográficas utilizadas na elaboração do documento e disponíveis para as etapas de implementação. Trata-se de material de conhecimento técnico e científico já confeccionado para a orla em questão como estudos, pesquisas, planos, levantamentos, etc.
<b>7. CRONOGRAMA GERAL</b>	
Elaboração de um cronograma de trabalho viável para implantar as ações propostas,	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (SDE)  
 SECRETARIA EXECUTIVA DO MEIO AMBIENTE (SEMA)

coabrindo o período de sua vigência até a data da revisão, cuja definição constitui seu item final.

ATIVIDADES	MÊS													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	...	
<b>Linha de Ação 1</b>														
<b>Ação 1.1</b>														
<b>Ação 1.2</b>														
<b>Ação 1.3</b>														
<b>Ação 1.4</b>														
<b>Ação 1.5</b>														

**Etapas até a Implementação do Plano de Gestão Integrada**

MANUAL DE GESTÃO				GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO		
<b>Oficina I</b> Diagnóstico, Classificação, Delimitação da orla e Cenários	Consolidação do diagnóstico	<b>Oficina II</b> Planejamento das ações	<b>Consolidação da Versão Preliminar do Plano de Gestão Integrada</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Audiência</b> de legitimação do Plano de Gestão e da composição do Comitê Gestor	<b>Instituição do Comitê Gestor</b>

